

“Considerações econômicas sobre a escravatura”: a escravidão na história da humanidade e a decadência do Império do Brasil, segundo Torres Homem¹

3.1.

A colonização e a promessa de mau tempo

Quando vieram os cristãos do século XVI estabelecer-se na América, aonde deviam semear os germes da vindoura civilização e associar os destinos do novo aos do antigo hemisfério, assinalaram sua presença por todas as calamidades e horrores, de cuja comitiva andava a conquista naquelas eras constantemente ladeada: por estranho jogo das coisas humanas teve o gênio do mal larga parte em um movimento tão rico de futuro, de potência e de civilização².

Torres Homem fala da chegada dos europeus à “América”, e isto a partir de uma compreensão recorrente no interior da *Niterói*, a de que a “América” seria, em sua origem, um espaço determinado por uma espécie de destino venturoso. Esse espaço já conteria os elementos fundamentais à instauração da civilização, a

¹ Torres Homem não faz referência a nenhum autor que tenha se dedicado, no Império, à crítica ao tráfico de escravos e à escravidão, no entanto, seus argumentos vão ao encontro daqueles anotados por outros tantos que escreveram ao longo das décadas de 1820 e 1830, entre eles: João Severiano Maciel da Costa (1769-1833), que publica em 1821, em Coimbra, sua “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar”, José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838), que torna pública em 1823 sua “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil” e Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866) que publica, em 1837, sua “Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica”. O redator da *Niterói* também não se refere àqueles que defenderam o tráfico negreiro e a escravidão, entre eles Domingos Alves Branco Muniz Barreto (?-1831), que escreve em 1817 sua “Memória sobre a abolição do comércio da escravatura”, publicada apenas em 1837 e Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) após o “Regresso”, na contramão de seu discurso na câmara dos deputados na sessão de 3 de julho de 1827.

Sempre que for necessário, faremos as devidas referências entre as proposições de Torres Homem e as reflexões de homens que também se dedicaram ao tema da abolição do tráfico negreiro e da escravidão ao longo dos anos de 1820 e de 1830, e isto com o intuito de evidenciar o intenso debate que tomara corpo à época e, por conseguinte, que suas idéias não eram propriamente incomuns. No entanto, o objetivo fundamental desse capítulo é o de analisar e explicitar as compreensões de Torres Homem acerca do tráfico negreiro e da escravidão, principalmente. Para um estudo detalhado do problema do tráfico negreiro e da escravidão ao longo dos anos de 1820 e 1830, ver RODRIGUES, 2000, p. 31 et. seq. e MARQUESE, 2003 e 2005.

² TORRES HOMEM, Francisco de Sales. Considerações Econômicas sobre a Escravatura. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Ciências, Letras e Artes. Tomo Primeiro, nº 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836), p. 35. Daqui por diante faremos as devidas referência no corpo do texto.

saber: o índio e a natureza e, como já havia anotado Magalhães, pouco tempo passaria até que o índio aceitasse o cristianismo e assumisse sentidos e práticas civilizadas, digo européias, associando, então, “os destinos do novo aos do antigo hemisfério”, ou em outras palavras, a “América” seria originalmente destinada à “riqueza”, à “potência” e à “civilização”. Entretanto, a presença do colonizador português, a partir do início do século XVI, introduzira o “gênio do mal”, ou se preferirmos, um espírito ou índole inadequados. Um espírito que instaurava “calamidades” e “horrores” e que conquistava a condição de horizonte transcendental doador de sentidos, espírito fundado no “egoísmo”, ou ainda, no modo de ser a partir do qual o homem se orientaria pela suas inclinações e não pela razão.

Torres Homem experimenta, junto aos seus companheiros de *Revista*, os sentimentos de pessimismo e de desconfiança. O autor parece espantado e isto porque, ao fim, descreve algo antinatural, ou ainda impossível, a saber, a perversão do destino necessariamente venturoso da “América”, destino que havia sido interrompido e obliterado cedendo lugar à concretização incessante de “calamidades” e “horrores” e, sem respostas suficientes, atribuía a culpa pelo ocorrido a um “estranho jogo das coisas humanas”. Dizendo ainda em outras palavras, os portugueses acabaram determinando um novo futuro para a “América”, um futuro apocalíptico podemos dizer. O que está em jogo, aqui, é a própria compreensão de que algo da ordem do ontológico, um destino necessariamente venturoso, teria sido dificultado ou ainda, para sermos mais radicais, teria sido impedido de se realizar³.

³ Sobre o pessimismo, ou ainda sobre a desconfiança, em relação à conquista do progresso moral e material do Império do Brasil, reparamos que este sentimento não era exclusivo a Torres Homem e aos seus companheiros, mas evidenciava-se nos textos de contemporâneos que se dedicaram à análise do tráfico de escravos e da escravidão. Acompanhemos as palavras de José Bonifácio de Andrada e Silva: “E então, senhores, como pode grelar a justiça e a virtude e florescerem os bons costumes entre nós? Senhores, quando me emprego nestas tristes considerações, quase que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brasil um dia regenerado e feliz, pois que se me antolha que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil. O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria. E qual será a causa principal de um fenômeno espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem que conta com os jornais de seus escravos vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si” (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 66).

Ou ainda, segundo Frederico Leopoldo César Burlamaque, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: “(...) atrevo a comparar-me, e a apresentar algumas idéias mal expressas na verdade, porém que são filhas de bons desejos e da intima convicção em que estou de que, com a praga dos escravos o Brasil nunca poderá prosperar e que as suas instituições estão ameaçadas a cada passo e talvez mesmo a sua existência como nação” (BURLAMAQUE, 1988, p. 103). Ou ainda: “(...) já começamos a despersuadir-nos de que o nosso país só pode ser cultivado por mãos

Espantado e pessimista, o autor busca encontrar explicação satisfatória para um problema antes de tudo lógico, a saber, como poderia acontecer de algo essencial, como o futuro venturoso do “Brasil”, ser dificultado ou ainda impedido? Em verdade, Torres Homem lidava com dois problemas radicais, o primeiro o de como explicar, inclusive a si próprio, a possibilidade do fracasso de um destino, o do Império, que teria sido confeccionado pela perfeição, pelo Deus cristão, ente onipotente, onisciente e onipresente, incapaz de cometer equívocos, e o segundo, por fim, a própria necessidade de procurar soluções à provocação do progresso moral e material do Império do Brasil, se isto ainda fosse possível. Mas algo ainda soa estranho nas palavras de Torres Homem, algo em relação ao qual devemos nos deter, a saber, a compreensão de que “os cristãos” e não os colonizadores portugueses, simplesmente, teriam sido responsáveis pela instauração de um *éthos* devastador, o modo de ser “egoísta”. Ou seja, causa-nos surpresa a forma como Torres Homem, católico, se refere aos colonizadores, àqueles responsáveis pela concretização de “calamidades” e de “horrores” nas colônias portuguesas na América, bem como pela instauração do modo de ser do egoísmo, chama-os de “cristãos” simplesmente.

Torres Homem, afastando-se do cristianismo vigoroso de Magalhães – como já havia feito Pereira da Silva ao elogiar a civilização árabe-espanhola – não reconheceria significância na ação da Igreja, ou melhor, compreendera que ela também fora responsável pelos “horrores” que teriam sido perpetrados contra os “aborígenes”⁴. O autor não se esforça no sentido de separar a Igreja do Estado

de escravos boçais e inimigos, já finalmente começamos a convencer-nos de que, enquanto o país se dividir em senhores e escravos, ele não prosperará e que a existência da escravidão doméstica é um vulcão que de contínuo ameaça a nossa ruína (...) cuidemos desde já no mal antes que chegue a catástrofe”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 110)

Como afirma Jaime Rodrigues – “Para compreender a especificidade dos males atribuídos aos africanos, é necessário primeiramente analisar como os autores da primeira metade do século XIX viam a população do país, composta por um grande número de escravos, libertos ou livres africanos. A visão pessimista do ‘povo brasileiro’ foi recorrente na produção intelectual e no discurso político desse período”. (RODRIGUES, 2000, p. 32)

⁴ Segundo Magalhães, o “Brasil” fora colonizado pelo Estado português e pela Igreja católica, no entanto, o Estado subjugara a Igreja, e isto graças ao uso da força. A Igreja, representada pelos jesuítas, em especial, teria feito o que pôde para fazer respeitar as leis de Deus e os costumes civilizados, ou seja, para bem-cuidar dos índios, senão vejamos: “Mas em vão as virtudes do Cristianismo não podiam domiciliar nos corações embebidos nos vícios desses homens, pela mor parte tirados das cadeias de Lisboa, para vir povoar o Novo Mundo. Que Deus nos preserve de lançar o opróbrio sobre ninguém”, e continuando: “É que à Poesia e à Música é dado o assenhorear-se da liberdade humana, vibrar as fibras do coração, abalar e extasiar o espírito. Por meio destas duas potências, sabiamente empregadas pelos Jesuítas missionários do Brasil, os selvagens abandonavam seus desertos e amoldavam-se ao Cristianismo e à civilização”. Magalhães ainda faz uma citação em forma de nota de rodapé, explicitando a importância dos

português, como fizera Gonçalves de Magalhães, e afirma, logo em seguida, que os colonizadores, ou seja, os “cristãos”, o que equivale a dizer o Estado português e a Igreja, em conjunto, não teriam sido precisos, ou ainda, não souberam lidar com as determinações específicas da “América”, imperícia que causara o “extermínio” dos “filhos do deserto”⁵. Acompanhemos:

De princípio até causaram um mal tanto mais terrível quanto grande era a obra que as leis providenciais do universo os incumbiam de levar a efeito, e quanto insuperável o antagonismo que ia de per meio entre o fim e mira da conquista e a paixão indomável de independência individual que caracterizava os filhos do deserto. A par de espoliar os aborígenes, ainda os exterminaram, como vissem, que nada deles podiam obter, por que erradios sempre resistiam a assentar morada onde pudesse prender o grilhão da dependência (Torres Homem, 1978, p. 35).

Torres homem critica a imprudência e a imperícia dos colonizadores, do Estado português e da própria Igreja católica, a um só tempo. Os “cristãos”, ou ainda, os colonizadores, não teriam sido eficientes no processo de civilização da “América”, teriam “espoliado” e “exterminado” os “aborígenes”, ou ainda, a mão-de-obra necessária à conquista do progresso moral e material do Império⁶. O que

jesuítas na alfabetização dos “Povos incultos”, utilizando-se dos estudos de Simão de Vasconcelos, em sua obra “Vida do Padre José de Anchieta”, acompanhamos: “Em coisas de fatos de anteriores séculos nada podemos avançar sem documentos. Em Simão de Vasconcelos lemos as seguintes linhas. Estavam estes (os filhos dos selvagens) já bastante instruídos na Fé, ler, escrever e contar: foi traça de José que vissem estes meninos para os campos incorporando-se com seus discípulos em favor e ajuda dos Pais, com o efeito que logo veremos. Continuavam estes na nova aldeia sua escola, ajudavam a beneficiar os ofícios divinos em canto de órgão e instrumentos musicais (o mor gosto e incitamento que podia haver para os Pais, que já ali estavam, vindos de seus sertões). Espalhavam-se à noite pelas casas de seus parentes a cantar as cantigas pias de José em própria língua contrapostas as que eles costumavam cantar vâs gentílicas”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 156)

⁵ A crítica de Torres Homem ao papel que a Igreja teria representado na colonização do “Brasil”, junto ao Estado português, nasce no interior de um âmbito ideológico propício, e isto porque outros letRADOS insistiam em criticar a atuação da Igreja na colonização e mesmo após a Independência. José Bonifácio anota que: “Qual é a religião que temos, apesar da beleza e santidade do Evangelho, que dizemos seguir? A nossa religião é pela mor parte um sistema de superstições e de abusos anti-sociais; o nosso clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos e os acumula para enriquecer pelo comércio e pela agricultura e para formar, muitas vezes, das desgraçadas escravas um harém turco”. (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 66)

Ou ainda, de acordo com Burlamaque: “Não é só entre os católicos que tais males existem. Todas as seitas cristãs, exceto os *quakers* e os metodistas, tiveram o mesmo espírito, todas fizeram este comércio anticristão, mas ele já cessou entre elas e só as nações católicas, que se prezam de puristas na fé, é que ainda continuam um tão infame quanto desumano e anti-social tráfico contra os mais expressos e solenes tratados, a cuja a frente aparece o sinal o mais sagrado da religião!”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 114)

⁶ O âmbito ideológico no interior do qual Torres Homem escreve reabilitara a figura do indígena como trabalhador diligente, e isto com o objetivo de substituir a mão-de-obra negra pela do “trabalhador nacional”. É no interior desse âmbito que Torres Homem criticara e lamentara o

está em jogo aqui é a denúncia de uma espécie de inadequação entre os sentidos e instituições “autênticas” do cristianismo e a cristianização concretizada na “América”. Algo parece insinuar que faltara ao Estado português e, especialmente, à Igreja católica, a força necessária para se colocar no interior de uma das tensões mais radicais abertas ao longo do século XIX, a saber, a tensão entre universal e particular. Os “cristãos” não souberam, quando fora necessário, conduzir elementos extraordinários, ou ainda particulares, ao ditado universal, e acabaram sendo responsáveis pela essencialização do modo de ser do egoísmo e, por conseguinte, pela própria decadência e possível suspensão do destino venturoso da “América” portuguesa.

Torres Homem anota que no início da colonização todo o “mal” causado pelos “cristãos” parecia repousar, ou justificar-se, sobre um imperativo, o de conduzir homens incultos a instituições justas. Todavia, os “cristãos” iam se desesperando e “exterminando” os “aborígenes” na medida mesmo em que iam encontrando dificuldades para concretizar a “civilização” da “América”, na medida em que os “filhos do deserto” mostravam-se “indomáveis” e “independentes”. Enfim, o próprio cristianismo, junto ao Estado português, não teria sido capaz de suportar a tarefa de concretizar as “leis providenciais do universo”, não sendo suficientemente pacientes para lidar com idéias e costumes específicos.

Em terra particularíssima, os colonizadores “cristãos” seguiam impacientes. Incapazes de se colocarem no interior da tensão entre particular e universal, não descobriram métodos efetivos para “civilizar” a “América”. O Estado português e a Igreja “exterminaram” os índios em função da inabilidade

“exterminio” do indígena, população ideal à civilização das colônias caso fosse devidamente cristianizada. A este respeito João Severino Maciel da Costa afirmara, entre 1820 e 1821 que: “Outro grandíssimo dano que nos causou o sistema de trabalho por escravos foi o desprezarmos a civilização dos indígenas, a qual, sendo muito da obrigação de conquistadores cristãos, oferecia tantas e tão sólidas vantagens. Que prosperidade não seria a nossa, hoje, se em vez de inundarmos nosso belo território de bárbaros africanos escravos, que já nos embaraçam, tivéssemos sabido tirar partido de tantas gerações americanas, que desde a descoberta do Brasil têm vegetado na mais tenebrosa barbaridade e desaparecido da superfície da terra?” (COSTA, 1988, p. 38-9). Ver também ANDRADA E SILVA, 2000, p. 47 et. seq.

Jaime Rodrigues afirma que: “Na década de 1830, ao mesmo tempo em que a visão da escravidão africana como agente corruptor dos costumes consolidava-se, ocorria paralelamente a valorização do trabalhador nacional como possibilidade de mão-de-obra. Nada era mais ‘nacional’ do que o indígena, presença que surgiu, nesse período, no discurso da elite política, como opção de trabalhador idealizado para substituir o escravo africano (...) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era um desses lugares, preocupando-se em discutir o assunto já nos primeiros números de sua *Revista*”. (RODRIGUES, 2000, p. 45)

para lidar com a diferença e passaram a creditar à escravidão a responsabilidade pelo cultivo das colônias e pelo seu progresso material.

Lançados pelo tanto no seio da solidão de uma terra, a quem o extermínio Indiano não tornava espontaneamente produtiva e falecendo-lhes a facilidade de recrutarse na mãe-pátria, nenhum outro recurso julgaram mais apropósito para explorar seu imenso território e arrancar ouro das entranhas das minas, do que o de ir buscar escravos em África, essa terra povoada com a raça amaldiçoada de Cam, para com quem levados de religiosos pré-conceitos não cuidavam haver mister de respeito algum. Sem consciência da alta missão, cujos ulteriores resultados longe estavam de prever, apresentaram-se a transportar para o solo virgem do continente americano o elemento do trabalho por braços escravos, chaga roedora da antiga civilização. (Torres Homem, 1978, p. 36)

Torres Homem relata, até aqui, a história da instauração da escravidão negra africana na “América”. Segundo o autor, os “cristãos” não teriam sido capazes de suportar as peculiaridades de povos tão distintos e acabaram concretizando “calamidades” e o próprio “extermínio” dos nativos. O autor anota que, ao fim, os colonizadores “cristãos” acabaram “solitários” no interior de um espaço inóspito, em tudo desafiador, solitários em meio à pretensão de tornar a “América” uma fonte de riquezas para Portugal e, assim, “nenhum outro recurso julgaram mais apropósito para explorar seu imenso território e arrancar ouro das entranhas das minas, do que ir buscar escravos em África (...)”⁷.

Aí começaria a história da escravidão africana na “América” segundo Torres Homem. Ela teria como fundamento a própria inabilidade dos colonizadores em lidar com as particularidades das novas possessões. Ao fim e ao cabo, o destino venturoso da “América” passara a ser determinado por uma espécie de necessidade provocada pelos colonizadores, a saber, a escravidão africana. Torres Homem está evidenciando que o motivo mesmo em função do qual a escravidão fora justificada e implementada nas colônias portuguesas na “América” fora produzido pela incapacidade dos próprios colonizadores cristãos em lidar com os indígenas. Em última instância, se as colônias eram extensas e

⁷ Para a relação entre a Igreja católica e o Estado ao longo do período colonial ver Carvalho, 1998, p. 39-47. O autor trabalha com a noção de “razão colonial” o que significa mais propriamente a compreensão de que os clérigos acabaram, em última instância, defendendo a escravidão do negro africano ao longo do período colonial, e isto em prol dos interesses do Estado, mesmo que fossem levados, por vezes, a contrair dificuldades em relação à observância da própria moralidade cristã. Como afirma José Murilo de Carvalho: “Assim, o cristianismo em sua versão luso-brasileira, vale dizer, na versão do catolicismo ibérico, não foi capaz de gerar oposição clara à escravidão como na versão reformada (...) Acabavam por apenas aconselhar aos senhores o tratamento ‘cristão’ dos escravos, sancionando na prática o escravismo”. (CARVALHO, 1998, p. 47)

faltava população e mão-de-obra, isto não era algo natural, mas sim resultado do “extermínio” dos “aborígenes”⁸. E mais, a adoção da mão-de-obra escrava mesmo em terras extensas e pouco populosas representaria, em verdade, a instauração de mais um erro, e isto porque a escravidão provocaria, necessariamente, a decadência dos povos que a adotassem e porque os negros africanos seriam racialmente inferiores e determinados por vícios de toda a espécie.

Segundo Torres Homem, uma “raça amaldiçoada” e repleta de vícios veio se juntar aos “cristãos”, os africanos. Torres Homem narra os primeiros tempos da colonização como se fora uma espécie de catástrofe capaz de determinar o futuro da “América”, pervertendo seu destino grandioso. Esse futuro corria perigo, e isto porque a colonização “cristã” teria radicalizado sentidos como desamor e violência. Segundo Torres Homem, a “América” abrigara, a um só tempo, duas “raças” torpes, determinadas por vícios radicais. Ela renascia assim, da união dos “cristãos”, “egoístas” e violentos, por um lado, e dos africanos descendentes de Cam, “raça” amaldiçoada e imoral, por outro⁹. Torres Homem anota seu pessimismo, ou seja, sua desconfiança radical em relação à concretização de um futuro venturoso para as colônias portuguesas.

⁸ Torres Homem se aproxima, aqui, da argumentação de José Bonifácio, como podemos ler: “Com efeito, senhores, nação nenhuma, talvez, pecou mais contra a humanidade do que a portuguesa, de que fazíamos outrora parte. Andou sempre devastando não só as terras de África e Ásia, como disse Camões, mas igualmente as do nosso país”. (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 64)

⁹ Segundo José Murilo de Carvalho: “[Benci] Vai ainda mais longe para justificar a escravidão dos negros. Supostamente, os negros (etíopes) seriam descendentes de Cam, o filho de Noé que fora amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez. Tal vinculação já fora feita por Santo Agostinho e São Jerônimo. Para este último, os etíopes (negros) se caracterizariam por estarem profundamente mergulhados em vícios (*penitus in vitio demersi sunt*). (Benci, p. 179). A Bíblia fornecia, assim, um argumento racista em favor da escravidão que viria a calhar quando esta, nos tempos modernos, se concentrou em vítimas negras. A imoralidade atribuída por quase todos os comentaristas aos escravos negros encontrava também aí fácil sustentação”. (CARVALHO, 1998, p. 41)

3.2.

A escravidão é um flagelo

Porção do capital fixo do proprietário, pura manobra, mera força muscular comparável em sua ação aos esforços do dromedário ou de um boi, tal foi o trabalhador no renovado sistema de escravidão doméstica, sistema que com admirável facilidade se dilatou além de três séculos. De um lado a própria generalidade daquele fato ataviada com razões de aparente utilidade sob o Céu ardente dos trópicos, deixava em paz a consciência dos povos e falsificava os cálculos da indústria: por mistura de fraqueza e de orgulho é o homem naturalmente propenso a transformar seus próprios feitos em verdades necessárias. (Torres Homem, 1978, p. 36)

Torres Homem, pessimista e desconfiado em relação à possibilidade de o Império do Brasil conquistar progresso moral e material, escreve suas “Considerações econômicas sobre a escravatura” e evidencia sua antropologia, ou ainda, sua compreensão acerca do que seria o homem em geral, a saber, um ente marcado pela “fraqueza” e pelo “orgulho”, determinado pela necessidade de errar, de equivocar-se e o que seria ainda pior - “naturalmente propenso a transformar seus próprios feitos em verdades necessárias”.

Em suas “considerações” relatava a instituição que talvez representasse o maior dos equívocos cometidos pelos “americanos”, e isto sob uma “aparente utilidade” – a escravidão do negro africano. Segundo Torres Homem, uma espécie de determinação climática, por um lado, e uma composição de “fraqueza” e de “orgulho” naturais ao ser humano, por outro, foram fatores determinantes à manutenção do trabalho escravo na “América” ao longo de três séculos. Por um lado uma condição constitutiva, a saber, a tendência dos homens em geral a realizar, sempre uma vez mais, sentidos e crenças em tudo já ultrapassadas, ineficientes, neste caso a escravidão, e isto por um misto de “orgulho”, ou seja, uma espécie de altivez, de dificuldade em reconhecer equívocos, o que inviabilizaria posturas modestas fundamentais à conquista do progresso moral e material, e “fraqueza”, ou ainda, lassidão e conformismo¹⁰. Por outro lado, os

¹⁰ Neste sentido, Maciel da Costa afirma que: “(...) os jornais ingleses têm mais de uma vez anunciado que a época desta abolição total no Brasil está muito próxima, e esta notícia inquieta os proprietários, como temos observado. Uns, porque entendem que o sistema de cultura por escravos é o que nos convém exclusivamente; outros, porque não vêem (dizem eles) os meios prontos de substituírem novos trabalhadores aos escravos. É preciso desabusar uns e animar outros” (COSTA, 1988, p. 14).

Frederico Leopoldo César Burlamaque também oferece uma tipologia semelhante à de Torres Homem, senão vejamos: “Felizmente não é necessário conhecer profundamente o coração humano

americanos viviam sob o “céu ardente dos trópicos”, ou ainda, sob um calor terrível, fator ôntico, próprio a uma determinada coordenada espacial, que acabara por intensificar aquelas determinações naturais as quais acabamos de explicitar, ou seja, a lassidão em relação à “indústria” e, por conseguinte, o conformismo no que tange à manutenção do tráfico de africanos e da escravidão¹¹. Enfim, a “América” teria sido transformada num âmbito ideal à concretização da escravidão, e isto porque reunira homens especialmente “orgulhosos” e “fracos”, bem como seria determinada por um clima propenso à lassidão¹².

Torres Homem segue adiante em sua descrição pessimista e desconfiada acerca do futuro Império do Brasil. Evidencia que o Império era composto por homens “fracos” e “orgulhosos” e determinado por condições climáticas que estimulariam a lassidão, sentimento inadequado à “indústria”. O resultado era que o Império se divida: de um lado os escravos, que trabalhavam forçados sob o “céu ardente dos trópicos”, como “dromedários” ou como “bois”, o que significa dizer que se encontravam apoiados unicamente em sua “força muscular”, desprotegidos e expostos à natureza “ardente”, o que forçaria a economia a operar em seu limite, expondo-a a crises recorrentes¹³. E...

D’outro lado os governos, expressão completa dos pré-conceitos, dos erros e falsos interesses da época e desvairados pelos motivos daquela economia, que antepõe o trabalho bruto, instintivo e forçado ao livre e inteligente, mantinham e

para saber que os homens em toda a parte se dividem em duas classes, que muitas vezes se confundem na verdade, graças aos defeitos inerentes ao gênero humano, mas que sempre convém extremar em honra da mesma espécie humana. A classe menos numerosa, a lógica a mais eficaz é aquela que tem por fim mostrar-lhe os inconvenientes que nascem de tal ou tal abuso, quando este abuso tende a diminuir a prosperidade do país natal, a desmoralizar seus concidadãos (...) A outra classe, que comprehende talvez os dois terços do gênero humano, menos ilustrada e portanto mais egoísta, só vê em tudo o seu interesse, o seu cômodo ou a sua segurança pessoal e nada mais”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 104)

¹¹ O termo “indústria” quer dizer produção de riquezas a partir da natureza, em relação direta com ela, através de atividades como a agricultura e a pecuária, ou ainda, a partir da manufatura e da comercialização das “matérias primeiras” conquistas a ela. E isto, por meio do trabalho livre e da mediação da razão.

¹² Ressaltamos que Torres Homem abandona, radicalmente, esta relação de necessidade entre a escravidão e determinadas condições climáticas. Acompanharemos sua inflexão quando analisarmos suas observações sobre os Estados Unidos, e isto acompanhado de Alexis de Tocqueville.

¹³ Argumento também utilizado, entre outros, por Burlamaque: “Todas as riquezas que possuem as nações provêm do trabalho humano combinado com as forças da natureza. Certamente, se o homem não soubesse dirigir as suas forças e as da natureza, não haveria produções; portanto, não haveria riquezas e ainda menos civilização. De três maneiras o homem concorre para a produção das riquezas: 1. Pelo desenvolvimento da sua inteligência, que lhe faz tirar o maior partido possível da natureza; 2. Pela habilidade que consegue obter por seus aturados trabalhos, para bem executar as operações que a sua inteligência concebeu (...). (Ibid., p. 150)

protegiam como altamente útil ao país um gênero de tráfego, que sobre o abrir uma larga ferida à humanidade, corrompe as nascentes da prosperidade pública. (Torres Homem, 1978, p. 36-7)

Segundo Torres Homem, “os governos” seriam um dos principais responsáveis pela manutenção da escravidão, “governos” no plural vale ressaltar, o que significa que sua crítica independia de que partido estivesse responsável pela direção física e moral do Império. Ao fim e ao cabo, todos os governos eram “desvairados”, ou ainda “orgulhosos” e “fracos”, “expressão completa” dos equívocos de uma época, eram, em verdade, porta-vozes de sentidos inadequados ao espírito do tempo, de sentidos propícios à decadência do Império. Eram incapazes de perceber seus “erros”, seus “pré-conceitos” em relação à compreensão de que a escravidão era adequada à promoção do progresso moral e material do Estado imperial, ou ainda, mesmo quando compreendiam os equívocos produzidos por essa instituição, eram tomados pela lassidão e pelo conformismo (pela “fraqueza”) e preferiam resguardar seus privilégios, orientados pelos seus apetites e inclinações.

Os “governos” eram repletos de homens “orgulhosos” e “fracos”, em tudo “egoístas”. Tratavam de “falsificar” o que a razão era capaz de evidenciar, o que significa dizer que o Império do Brasil era governado por homens “orgulhosos” que não eram capazes de compreender os sentidos adequados à sua “época”, ao espírito do tempo, ou ainda “fracos”, o que significa lassos e conformados.

Os “governos” teriam insistido, até então, no trabalho escravo, imediato, ou melhor, sem a mediação da inteligência, em dissintonia com o espírito do tempo - a “marcha da indústria”. Os escravos se esgotavam, e isto porque trabalhavam à exaustão e, ao fim, todos permaneciam expostos, incessantemente, a crises produtivas provocadas ou bem pelo adoecimento ou morte prematura da mão-de-obra, ou bem pelas manifestações imprevisíveis da própria natureza¹⁴.

¹⁴ Utilizando-se das mesmas fontes, neste caso os escritos de Charles Comte, Burlamaque afirma algo mais cuidadoso, a saber, que “não se deve, pois, julgar do decrescimento da população escrava em todas as colônias pelo que se disse a respeito de São Domingos”. E isto porque “A sorte doméstica dos escravos depende do gênero de trabalhos que têm a executar e das subsistências; e estas circunstâncias variam com a posição e a natureza do solo e com as relações comerciais. A sua sorte depende igualmente da facilidade que têm os senhores em preencherem os que a miséria e os maus tratamentos fazem perecer, facilidade que os governos diminuem ou aumentam conforme protegem ou reprimem o comércio de escravos”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 161-162)

Essa discordância entre Torres Homem e Burlamaque, que, num primeiro momento, parece insignificante, é determinada, porém, por uma causa fundamental, a saber, o primeiro argumentava

Enfim, todos, escravos e proprietários encontravam-se expostos à sorte, sem a possibilidade de construírem cálculos razoáveis para sua provisão. E mais, junto à escravidão africana, o tráfico negreiro ia crescendo, o que multiplicava a quantidade de escravos, aumentando em curto prazo a produção e provocando uma falsa sensação de progresso material. Assim, os homens “orgulhosos” eram animados e estimulados a produzir explicações acerca da necessidade de se manter a escravidão no Império, explicações e cálculos capazes de demonstrar progressos que seriam, no entanto, apenas superficiais, e os “fracos” se sentiam ainda mais realizados. Em última instância, ambos os tipos, os “orgulhosos” e os “fracos”, eram orientados por uma espécie de boa-consciência, e isto em virtude do tráfico de escravos que aumentava os números referentes à economia do Império e ratificava a sensação de bem-estar, de progresso material, pois “a própria generalidade d’aquele fato ataviada com razões de aparente utilidade sob o Céu ardente dos trópicos, deixava em paz a consciência dos povos e falsificava os cálculos da indústria” (Torres Homem, 1978, p. 36)¹⁵. Enfim, o tráfico estimulava

em favor da abolição imediata do tráfico negreiro, e por isto tendia à radicalização de seu discurso, mesmo que a realidade lhe oferecesse alguma dificuldade. Burlamaque, por outro lado, pretendia a cessação imediata do tráfico negreiro e uma abolição gradual da escravatura e não tinha embaraço algum, portanto, em afirmar que os senhores deveriam, antes de tudo, dispensar um tratamento mais zeloso para com seu escravo, e isto em concordância com Bonifácio, que se utiliza de termos como “compaixão”, “ternura”, “amor” e “generosidade”, “sentimentos do Evangelho” (Cf. ANDRADA E SILVA, 1988, p. 64-5).

¹⁵ A argumentação de Torres Homem acerca do tráfico negreiro está em consonância com as discussões parlamentares realizadas ao longo da década de 1830. Se o autor escreve contra o tráfico, acusando os traficantes de terem boas relações políticas e de serem, ao fim, o elemento que impediria a abolição imediata da escravatura no Império, era porque o problema do tráfico estava na ordem do dia. Não sem motivo, o texto de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que defendia o tráfico e a escravidão, fora resgatado e publicado no ano de 1837, no mesmo ano do estudo de Burlamaque, este a favor do fim do tráfico e da abolição gradual da escravidão, publicado por ocasião de um concurso promovido pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, e que disponibilizara o seguinte programa: “1. Mostrar a odiosidade toda do comércio de escravos, refutando os sofismas com que usam defendê-lo os seus apologistas; 2. Expender os meios pelos quais a introdução dos escravos africanos pode ser suprida quer mandando vir colonos por conta de particulares, quer admitindo máquinas que simplifiquem e facilitem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes e procurando indiretamente removê-los das cidades para os campos; 3. Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que podem prestar braços cativos, forçados ao trabalho; 4. Fazer ver a nociva influência que a introdução de escravos africanos exerce em nossos costumes, civilização e liberdade” (BURLAMAQUE, 1988, p. 103). Aliás, vale anotar que o próprio Torres Homem participara da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, como afirma Pinassi: “Seu envolvimento com Evaristo da Veiga valeu-lhe o convite para engrossar as fileiras da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência do Brasil, criada no Rio em 10.5.1831, um dos tentáculos do Poder Moderador que resultou na criação de ‘Defensoras’ por quase todas as províncias brasileiras. Em consequência, ‘jornais antigos reapareceram, como o Brasileiro e o Nacional, ambos moderados, surgiram novos como o Independente, dirigido por Sales Torres Homem e o sete de Abril, das simpatias de Bernardo Pereira de Vasconcelos’” (PINASSI, 1998, p. 36)

a sensação de bem-estar e a boa-consciência dos governantes e dos homens e mulheres da *boa sociedade*, mas seria, em verdade, uma espécie de crime contra a humanidade, abrindo “uma larga ferida à humanidade” e incitando a “exploração do homem pelo homem”, afastando aqueles homens e mulheres do modo de ser do amor, senão vejamos¹⁶:

Hoje em dia porém hão rebentado do seio da civilização outras idéias, outras combinações, outros costumes, outros interesses mais perfeitamente concebidos, que a passo cheio tendem a demolir uma ordem de coisas, que nunca destinada fora a ter futuro, e contra a qual está protestando um longo passado. Os progressos da reflexão, uma mais compreensiva concepção da unidade humana engeitam por desarmoniosa e imoral a exploração do homem pelo homem: o Cristianismo descartando-se da preocupação do Judaísmo, e lembrando que o seu fundador fora punido com o suplício dos escravos por pregar a fraternidade de todos os homens diante de Deus, convida pela boca dos Clarkson e dos Wilberforce aos que se tem por discípulos seus a não desmentir das crenças pela opressão dos negros: ao fim a ciência das riquezas dá cabal sanção aos ditames da moral e à palavra do Evangelho. (Torres Homem, 1978, p. 37)

Torres Homem, mais otimista, afirma que seu tempo assistia a “progressos da reflexão”, movimento que tratava de disponibilizar as reais consequências do tráfico e da escravidão, anota que tais “progressos” nasciam no interior da “civilização” por meio da “boca” de ingleses protestantes como Clarkson e Wilberforce e pela intensificação da economia política, ou ainda, da “ciência das riquezas”¹⁷. Segundo o autor, a escravidão impedia o homem de usar sua

Ou ainda, como afirma Jaime Rodrigues: “Assim, a edição da “Memória” de Muniz Barreto traz os argumentos favoráveis ao tráfico, do final do século XVIII, para a ordem do dia, na década de 1830, período marcado por intensos debates em função do descumprimento da legislação que proibia esse comércio e da pressão estrangeira contra o tráfico ilegal no Brasil”. (RODRIGUES, 2000, p. 74)

¹⁶ Ao contrário de Torres Homem, Muniz Barreto escrevera uma dissertação explicitando o valor do tráfico negreiro e da escravidão. Muniz Barreto afirma que o tráfico e a escravidão eram necessários à cristianização do negro africano - “(...) porque aqueles gentios vêm entrar no centro do cristianismo e da verdadeira religião (...)” (BARRETO, 1988, p. 88). E mais, o tráfico seria fundamental ao “resgate” do negro, protegendo-o da pena de morte, adotada, em especial na região da Guiné, pena resultante da derrota em exercício de guerra, como podemos ler: “segundo, porque com este resgate se evita a imensa mortandade que aqueles miseráveis povos sofriam, principalmente em Guiné, em que também se incluíam os prisioneiros de guerra, cujo resgate, uma vez que venha a cessar, eles tornarão ao antigo uso dos seus infames e tiranos sacrifícios”. (Ibid., p. 88)

¹⁷ William Wilberforce, que se convertera ao protestantismo em 1785, conheceu Thomas Clarkson, em 1787 e, desde então, começaram a criticar o tráfico negreiro e a escravidão no parlamento inglês, e isto junto a Granville Sharp, Hannah More e Charles Middleton.

A atuação de Wilberforce no parlamento inglês fora fundamental àqueles que argumentaram contra o tráfico negreiro e a favor da abolição da escravatura no Império do Brasil, como nos faz ver Bonifácio: “Hoje em dia, que Wilberforces e Buxtons trovejam de novo no Parlamento a favor da emancipação progressiva dos escravos, agitam-se outra vez os inimigos da humanidade como outrora (...)”. (ANDRADA E SILVA, 1988, p. p. 63)

inteligência na confecção de técnicas e de máquinas para a “indústria” e ainda oferecia a possibilidade “imoral” de o homem explorar o próprio homem, lógica contrária àquela outra que deveria orientar os homens e mulheres no Império do Brasil, a saber, a lógica do amor, como afirma, “a fraternidade de todos os homens diante de Deus”¹⁸.

Torres Homem assevera existir um espírito do tempo responsável pela evidenciação dos equívocos morais e materiais que seriam produzidos a partir da escravidão, espírito que se explicitaria através do cristianismo de matiz protestante e, principalmente, da economia política, como, aliás, já havia sublinhado seu companheiro Gonçalves de Magalhães¹⁹. Segundo ele, a razão ia

Sobre a crítica protestante à escravidão, especialmente aquela realizada pelos *quakers* José Murilo de Carvalho afirma que: “A principal fonte do abolicionismo na Inglaterra e nos Estados Unidos foi o quakerismo. Manifestações *quakers* contra a escravidão começaram já na segunda metade do século XVII, quando até mesmo John Locke, pai do liberalismo, ainda aceitava a existência da instituição. Após visita a Barbados, William Edmundson abre o ataque em 1676, atribuindo os pecados cometidos na ilha à escravidão. Tratava-se de inversão importante no pensamento cristão. A tradição, consolidada por Santo Agostinho, dizia o oposto, isto é, que a escravidão é que era consequência do pecado. O pecado era, na verdade, a pior escravidão: ele tornava os homens escravos de suas paixões (...) A ação propriamente política dos *quakers* começou em 1783, quando uma petição foi enviada ao parlamento inglês. Quatro anos depois foi criada em Londres a Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos, cujos membros eram, na grande maioria, *quakers*. O emblema da sociedade, gravado num medalhão por Josiah Wedgwood, era a figura de um escravo semi-ajoelhado, exibindo mãos e pés acorrentados, com a inscrição: ‘Não sou um homem e um irmão?’”. (CARVALHO, 1998, p. 36-7)

¹⁸ A argumentação de fundo religioso contra o tráfico negreiro e a escravidão também fora utilizada por homens como Bonifácio. Como podemos ler: “Eu também sou cristão e filantropo, e Deus me anima para ousar levantar a minha fraca voz no meio desta augusta Assembléia (...) Sim, não se trata somente de sermos justos, devemos também ser penitentes; devemos mostrar à face de Deus e dos outros homens que nos arrependemos de tudo o que nesta parte temos obrado há séculos contra a justiça e contra a religião, que nos bradam acordes que ‘não façamos aos outros o que queremos que não nos façam a nós’. É preciso, pois, que cessem de uma vez ou roubos, incêndios e guerras que fomentamos entre os selvagens de África (...) É tempo, pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo, também, que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós (...)”. (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 64-5)

¹⁹ “Economia política”, “economia social”, ou ainda, “ciência da riqueza” significam, no interior da *Niterói*, algo como - ciência fundamental à exploração da natureza e à administração das riquezas conquistadas junto a ela, e isto em nome do bem comum. O termo economia provém do grego e significa *casa*, ou ainda, o cuidado com o governo da casa. Já no livro I da “Política” de Aristóteles esse termo passou a significar, também, o governo dos bens do Estado, sendo qualificada como “economia geral” ou “política”. O Dicionário Moraes Silva em sua segunda edição, do ano de 1813, oferece, apenas, o primeiro significado, o mais originário, como podemos ler: “s.f. O regime, ou governo dos bens (...)” e economizar: “governar bem o seu, ou os bens, de que é administrador §. Poupar” (SILVA, 1922 (1813), p. 646). Ver ROUSSEAU, 1995, p. 21 et seq.

A compreensão de Torres Homem acerca da função da economia política para o progresso moral e material do Estado fora conformada, muito provavelmente, ao longo dos anos de 1833 e 1836, período no qual esteve em Paris e fora influenciado pelo projeto de uma “política racional” divulgado pelos *idéologues*. Ver ROSANVALLON, 1985, p. 20-1.

Magalhães anota que: “Assim é que um bárbaro senhor algema seu escravo, receoso que ele se escape, e só lhe desprende um braço ou outro quando dele algum trabalho requer. A economia

conquistando espaço e fazendo aparecer idéias e costumes corretos, ou seja, adequados ao que o espírito do tempo exigia aos homens em geral, e isto a despeito dos “preconceitos”, de seu “orgulho” e “fraqueza”. A escravidão ia aparecendo como uma instituição não só ultrapassada como inadequada a qualquer coordenada espaço-temporal. O próprio passado “protestava” contra a prática da escravidão, ou seja, o passado, por meio da história, evidenciaria o final trágico de todas as civilizações orientadas pela idéia e pelos costumes escravocratas. A escravidão, fundada na “exploração do homem pelo homem” deveria ceder espaço à lógica cristã do amor, da *caritas*, fundamento do espírito do tempo que Torres Homem chama de “concepção de unidade humana”.

Em última instância, o cristianismo de matiz protestante e a economia política anunciam, em uníssono, o equívoco moral e propriamente econômico que era a escravidão. Aqui acompanhamos um Torres Homem otimista, que nos descreve uma espécie de sentido orientador que ia se desvelando e se evidenciando a despeito dos próprios homens, através do protestantismo e da economia política, pois “ao fim a ciência das riquezas dá cabal sanção aos ditames da moral e à palavra do Evangelho”. De acordo com Torres Homem, a religião e a economia política deveriam andar juntas, e isto porque a economia política descobriria através de seus cálculos e da investigação histórica o que já estaria disponibilizado no interior das escrituras, bem como evitaria, por fim, que elas fossem mal interpretadas. No entanto, ao fim, a argumentação de Torres Homem a favor da abolição do tráfico negreiro e da escravatura por mais que recorra à religião, se orienta, especialmente, pelas lições de economia política difundidas por homens como Turgot, Benjamin Franklin e Adam Smith. Junto a essa tradição, o redator da *Niterói* construía uma argumentação composta por cálculos

política tem combatido vitoriosamente o erro, que desde muito lavrava na política, que um povo não se pode engrandecer senão a custa de outro povo e com o sacrifício de tudo que o rodeia”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 141)

Como afirma Maciel da Costa: “Quem olhar superficialmente para este imenso território já descortinado e trabalhado, muitas e grandes vilas fundadas, rios navegáveis freqüentados, outros em vésperas de o serem, uma grande agricultura propagada (...) e souber que todo este imenso trabalho foi feito pelos braços africanos será tentado a concluir que a indefinida multiplicação deles é indispensável, não só útil. Mas quem conhece a marcha natural da prosperidade dos impérios, quais são as bases sólidas da sua riqueza e força, como na complicada máquina da sociedade civil tudo é ligado e combinado, pensa de outra sorte e, através dessa prosperidade superficial e enganadora, descobre um vício radical, cujos estragos, ainda que retardados por circunstâncias particulares, nem por isso deixarão de aparecer mais tarde e talvez por isso mesmo façam a catástrofe mais horrível” (COSTA, 1988, p. 20). Para uma compreensão mais detida do problema da escravidão no interior do pensamento de Maciel da Costa ver MARQUESE, 2005, 821 et. seq.

econômicos e por premissas psicológicas determinados pela necessidade pragmática de se promover o progresso moral e material do Império²⁰.

Torres Homem afirmara a concretização necessária do trabalho livre na época moderna, no entanto, anuncia uma consequência necessária a essa concretização, a saber, a decadência e a própria destruição daqueles povos que insistissem, como o Império do Brasil, na prática da escravidão. O autor descreve uma espécie de tendência histórica que ia se realizando, o fim da escravidão, mas isso a partir de uma preocupação significativa com os destinos do Império do Brasil, senão acompanhemos:

Ela (a economia política) prova do modo o mais irrefragável, que os suores do obreiro escravo jamais se vertem em chuva d'ouro para o proprietário, que menos funesto ao primeiro, que ao segundo, é o fato da escravidão e que se o trabalho em sua lata acepção é um dos destinos da espécie humana a título de instrumento primordial de toda a civilização, os povos, que tem a desdita de engastar em seu solo os horrores da escravidão doméstica, comprometem de gravíssimo modo o seu porvir, afugentando todo o prospecto da opulência e prosperidade. (Torres Homem, 1978, p. 37)

²⁰ Não encontramos, na reflexão de Torres Homem, argumentos retirados à compreensão liberal clássica de que a liberdade era um valor em si, e isto diferente, por exemplo, da argumentação de um Bonifácio, que critica Locke e sua defesa da escravidão contraída em guerra e afirma, a um só tempo, o direito natural. Ver LOCKE, 1994, p. 95-6 e ANDRADA E SILVA, 1988, p. 64-65

Sobre a compreensão liberal clássica acerca da escravidão, José Murilo de Carvalho anota que: “No verbete da *Encyclopédia* sobre o comércio dos negros redigido por De Jaucourt e publicado em 1765, a liberdade é afirmada claramente como direito natural inalienável. O comércio de escravos era, em consequência, nulo por sua própria natureza. Como parte do direito natural, a liberdade do homem não podia ser objeto de compromissos. Tratava-se de um princípio universal que obrigava a todos (CARVALHO, 1998, p. 38).

Sobre a economia política, José Murilo de Carvalho explica que: “Uma terceira vertente do pensamento abolicionista (...) era a que se fundava em cálculos econômicos. Argumentava-se seja com bases em premissas psicológicas, seja como fruto de observação, que o trabalho escravo era menos econômico que o trabalho livre. Os primeiros a formular tal posição foram os fisiocratas. Turgot dizia que, uma vez resolvido o problema do excesso de terra em relação à oferta de trabalho, a escravidão tornava-se antieconômica. O primeiro a fazer cálculos concretos comparando a rentabilidade dos dois tipos de trabalho talvez tenha sido Benjamin Franklin. Concluiu ele, em 1755, que, nos Estados Unidos, o trabalho do escravo era mais caro do que o do imigrante europeu. Mais tarde, Adam Smith daria a essa tese a autoridade de seu nome, embora não condenasse a escravidão como matéria de princípio. Segundo ele, o escravo trabalharia menos por não ter o incentivo da propriedade”. (Ibid., p. 38)

3.3.

A realidade brasileira e o espírito do tempo

D'esta revolução nas idéias rompeu a origem da propaganda, que ora trabalha os países possuidores de escravos e bem assim o movimento que acaba de levar o Parlamento Britânico a um passo sem igual nos fastos do mundo, votando 20 milhões esterlinos em favor da emancipação do trabalho nas suas conquistas do golfo do México, e isto quando a Inglaterra vergada sob o peso de uma dívida colossal, acossada pelos sofrimentos de sua população obreira, cuja miséria avultava de dia em dia, volve olhos inquietos para todas as partes de suas despesas, por que as submeta à mais severa economia. (Torres Homem, 1978, p. 38)

A descrição que Torres Homem faz da Inglaterra merece atenção. Ao passo que critica o trabalho escravo, não tece elogios gratuitos ao trabalho livre, dizendo ainda em outras palavras, o autor não faz uma relação necessária entre escravidão e miséria, por um lado, e trabalho livre e progresso moral e material, por outro. Se a escravidão não era adequada ao espírito do tempo, sua abolição em nome do regime de trabalho livre, sentido necessário, não parece resolver, como que num passo de mágica, as mazelas que vigem no interior de uma sociedade. A própria Inglaterra que realizara o que Torres Homem classificou como o movimento mais significativo da época moderna, a “Revolução Industrial”, produzindo riqueza a partir de máquinas e fórmulas capazes de domesticar, ao menos em parte, a natureza, sofria com a pobreza radical de parte considerável de sua população “obreira” “miserável”. O que está em jogo aqui é, a um só tempo, o anuncio de uma necessidade, o fim da escravidão, e, num segundo momento, a própria dedicação à economia política, a ciência das riquezas, para que idéias e costumes adequados fossem conquistados e sedimentados no sentido de promover o progresso moral e material.

Para o autor, os cálculos e proposições difundidos pela economia política moderna, auxiliada pelo protestantismo, acabaram provocando a Inglaterra a agir de forma substancial contra a escravidão dentro de seus domínios, tendo iniciado pelo golfo do México, despendendo a quantia de 20 milhões de libras esterlinas para a indenização dos senhores de escravos, e isto à revelia dos interesses de boa parte dos protestantes²¹. Segundo o autor, esta ação deveria ser exemplar. Torres

²¹ Os *quakers*, em sua maioria, compreendiam que a abolição da escravatura nas colônias inglesas deveria ser realizada sem o pagamento de indenizações aos senhores de escravos, no entanto, em função dos próprios cálculos da economia política, foram voto vencido no parlamento britânico,

Homem afirma que a escravidão era uma instituição que já teria nascido ultrapassada, responsável pela decadência de quaisquer povos que insistissem em empenhá-la a contrapelo do destino da humanidade e do espírito do tempo, e por isto empenhava-se na defesa da abolição imediata do tráfico negreiro e da escravidão, reconhecendo ainda, vale anotar, que seu intento encontrava dificuldades para se concretizar, em especial em função da força política que teriam os traficantes e os senhores de escravos no Império do Brasil²².

E aqui fala um Torres Homem embarulado, semelhante a seus companheiros de *Revista*. E isto porque reconhecia a impossibilidade de se repetir no Império, a curíssimo prazo, o que fora realizado na Inglaterra. Em verdade, entendia que a história se concretizava rapidamente e que, na medida mesmo em que se desdobrava, fazia ruir os povos que insistiam na prática da escravidão, e

segundo José Murilo de Carvalho: “O argumento religioso permaneceu forte na nova Sociedade (Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos). Testemunha disto é que, ao se dar a abolição da escravidão nas colônias inglesas em 1833, muitos *quakers* se opuseram à indenização concedida aos senhores de escravos, sob o argumento de que pecado não pode ser compensado” (CARVALHO, 1998, p. 37).

É interessante perceber que Torres Homem anota o papel significativo que a argumentação religiosa teve para a cessação do tráfico de escravos e da escravidão nas colônias inglesas, no entanto, não se reporta, em momento algum, a outros interesses que seus contemporâneos destacaram como fundamentais à instauração do fim do tráfico negreiro e da escravidão por parte da Inglaterra. Interesses que um Maciel da Costa enumerara, a saber: 1- fortalecer a indústria inglesa, e isto devido aos limites produtivos que seriam próprios à escravidão, 2- ocupar a África, “civilizando-a” sim, mas tratando de utilizá-la como mercado fornecedor de “materias primeiras” fundamentais às necessidades da indústria Inglesa e 3- ocupar espaços marítimos e terrestres fundamentais ao comércio holandês e francês, por exemplo, e isto amparados por uma justificativa “civilizadora”. Ver COSTA, 1988, p. 17-9.

Segundo Muniz Barreto: “A Inglaterra, também corrupta (...) é hoje a que nos manifesta que o seu sistema fundamental é abusivamente estabelecido, não só na conservação e riquezas das suas gigantescas colônias, mas sobre a base de elevar-se a um grau de poder imenso, ainda que seja à custa da ruína de outras nações. E não se contentando com as fazer tributárias do domínio dos mares, pretende também fazê-las no seu comércio e indústria, opondo-se à franqueza e liberdade geral (...) Este sistema de Inglaterra, fundado em ciúme e rivalidade, não podia ser mais destrutivo pelo que pertence ao Brasil que pela fatal sentença de proscrição do comércio da escravatura (...). (BARRETO, 1988, p. 83)

²² À diferença de homens como José Bonifácio (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 63), Maciel da Costa (COSTA, 1988, p. 19 et. seq.) e Burlamaque (BURLAMAQUE, 1988, p. 104), que pretendiam uma abolição gradual da escravatura, Torres Homem escrevia em nome do fim do tráfico negreiro e da abolição imediata da escravidão e compreendia que a impossibilidade de realizar esta experiência levaria o Império à decadência moral e material.

Devemos anotar, no entanto, que a nossa hipótese de que homens e mulheres da *boa sociedade* pudessem argumentar a favor da abolição imediata do tráfico de negros e da escravatura é obstaculizada pela interpretação gradualista da abolição. Sobre a força dessa interpretação, Jaime Rodrigues anota: “(...) pretendo demonstrar que a gradualidade da abolição já se constituía como projeto político desde o início de século XIX; contudo, esta era uma proposta entre inúmeras outras. Isto implica considerar que há uma historicidade na vitória desta proposta que precisa ser desvendada, ao mesmo tempo em que é preciso desvincular este projeto político da interpretação histórica sobre o próprio processo”. (RODRIGUES, 2000, p. 70)

mais, que o Império do Brasil possuía particularidades que tornavam impossível a sua abolição imediata. Acompanhemos:

A Deus não praza, que ao Brasil proponhamos o exemplo Britânico; a profunda diferença das circunstâncias de uma e outra nação acarretaria a mesma diferença nos resultados, diferença, que só poderia desconhecer quem sobre as espaldas trouxesse uma cabeça de louco. Mas é doloroso espetáculo para os amigos do país, que ao mesmo passo que ou paixões generosas ou interesses bem calculados da indústria militam acordadamente para o termo definitivo da servidão, seja o Brasil assinalado como um dos países recalcitrantes, onde o tráfico de Africanos continua à escala vista, mediante a um contrabando que renunciamos a qualificar. (Torres Homem, 1978, p. 38)

O problema próprio ao Império do Brasil, denunciado por Torres Homem, era a força do tráfico negreiro. A compreensão de que os traficantes haviam tomado espaço privilegiado no interior do Império, fez com que o autor reconhecesse a dificuldade de se realizar a abolição da escravatura e lançou-o em pessimismo e desconfiança, e isto porque percebera que o destino universal ia se realizando e o Império decaia²³. Voltemos às palavras do autor:

Na primeira linha das causas deste resultado tão funesto como pouco lisonjeiro para a dignidade nacional figuram as preocupações, que arraigadas de longo prazo no espírito dos lavradores Brasileiros e mais proprietários de escravos, dificilmente cedem campo às inovações da economia social, e antes pelo contrário acenam com seguros e levantados proveitos aos negociantes de criaturas humanas. (Torres Homem, 1978, p. 38-9)

Torres Homem sublinha sua preocupação com o progresso moral e material do Império do Brasil. Segundo o autor, a escravidão era uma prática inadequada aos preceitos cristãos (ao amor, ou ainda, à “fraternidade”) e aos

²³ Sobre os traficantes, Torres Homem ainda anota que: “Olhai para Cuba e Porto Rico. Durante vinte anos o tráfico de Africanos feito com incrível atividade sob o pavilhão Espanhol dava por resultado imensa importação de escravos em Cuba, onde um extenso comércio produziu massas de capitais, que acharam emprego na revoltante especulação. Quanto a Porto Rico, durante aquele mesmo trato de tempo conservou-se puro do tráfico fatal; não existem no país fortes capitalistas e nem mercadejantes em escravos (...) D'esta diversidade de situação dimanaram consequências diferentes para um e outro país (...) Em Porto Rico abundam os fatos em favor do sistema do trabalho livre, atesta as produções de Porto Rico, como o café, o açúcar, o tabaco, o anil, são quase em totalidade o fruto da indústria dos colonos europeus e dos cultivadores livres do país”. (TORRES HOMEM, 1978, p. 76)

Sobre os traficantes e sua influência política, Burlamaque possui uma compreensão semelhante à de Torres Homem – “Devo, contudo dizer que não tentei nem levemente increpar o governo geral. As medidas ultimamente tomadas e a energia desenvolvida pelos agentes do poder executivo desvanecem até a mais leve sombra de suspeita que possa formar o espírito o mais prevenido. A respeito, porém, da maior parte das autoridades subalternas, não se pode dizer outro tanto, ou seja, conivência ou a persuasão funesta da necessidade de escravos no Brasil. O caso é que as autoridades locais pactuam com os infames contrabandistas ou escondem o seus malefícios por uma mal entendida comiseração”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 107)

cálculos científicos, provocando, assim, a radicalização do modo de ser egoísta e a decadência moral e material do Império em médio prazo, e isto graças ao “orgulho” e à “fraqueza” dos homens e mulheres da *boa sociedade*, pois os “lavradores Brasileiros, e mais proprietários de escravos, dificilmente cedem campo às inovações da economia social (...).” Torres Homem reconhecia, através de seu pessimismo, que apenas com muito esforço o Império poderia superar sua história escravocrata, e, por conseguinte, inadequada à assunção do progresso moral e material²⁴. Tanto para Torres Homem quanto para Magalhães e Pereira da Silva, o *espaço de experiência* que sustentava as idéias e os costumes dos homens e mulheres do Império do Brasil era demasiado alargado, quase essencial, tornando-se um empecilho considerável à realização do *horizonte de expectativa* anunciado pela sua filosofia da história em tudo alinhada aos imperativos liberados pela Revolução Industrial. O autor seguia “lamentando”...

Lamentamos semelhante oposição, mas não a criminamos; há naturalmente na ordem das coisas, que os anos consagraram, uma grande força de resistência; o espírito humano pugna com a mesma energia por inveterados erros, como por verdades adquiridas e nem sem grande constrangimento divorcia-se do passado para aceitar o futuro. (Torres Homem, 1978, p. 39)

Lamenta como um perfeito iluminista, e isto porque sua antropologia evidencia o homem como sendo um ente fundamentalmente partido, cindido entre instinto e razão, entre desejo e vontade. Segundo Torres Homem, o “brasileiro”, bem como os homens em geral, seriam “orgulhosos” e “fracos”, ou seja, tendiam a resistir às novas idéias e costumes necessitados pelo real, pelo espírito do tempo em pleno desenvolvimento, e isto porque seria próprio ao gênero humano aferrarse aos sentidos e valores já sedimentados, ao que podemos chamar de tradição, ou de *espaço de experiência*, quer por pura teimosia, por uma espécie de necessidade de afastar-se da verdade, o que chama de “orgulho”, quer por “fraqueza”, ou ainda, lassidão e conformismo, para seguir adiante reinventando imperativos e hábitos adequados²⁵. Pessimista em relação ao futuro do Império, afirma que:

²⁴ Segundo José Bonifácio: “É tempo, pois, que esses senhores bárbaros, que por desgraça nossa ainda populam o Brasil, ouçam os brados da consciência e da humanidade ou pelo menos o seu próprio interesse senão, mais cedo do que pensam, serão punidos das suas injustiças e da sua incorrigível barbaridade”. (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 70)

²⁵ Kant nos oferece uma tipologia semelhante, como podemos ler: “A preguiça e a covardia são causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (*naturaliter maiorennes*), continuem no entanto de bom grado menores

Mas certo é também, que os interessados no *status quo* do sistema da escravidão ofendem a um tempo o senso comum e a experiência dos fatos, quando presumem que a inteira cessação do tráfico implica em suas consequências sacrifício da produção nacional e desfalque nos benefícios da indústria particular; e igualmente deslemboram-se dos conselhos da prudência, quando ouvindo rodar ao longe o carro da civilização, em vez de aparelhar-se para alcançá-lo na passagem, e dentro também lançar-se, procuram ao contrário empêcer-lhe a marcha com barrancos e aturados esforços. No fim de contas porém, e a despeito de todos os obstáculos, o carro tem de passar, porque obedece em seu curso a uma lei infinitamente mais forte, que a vontade dos recalcitrantes, a Lei do progresso e da civilização; somente em vez de levá-los por diante, pode abalroá-los com as suas rodagens. A história diz, que as grandes reformas se hão feito no mundo, não só a despeito, mas à custa dos que para elas se na achavam preparados. (Torres Homem, 1978, p. 39)

O autor anota, então, que as argumentações oferecidas a favor da manutenção do tráfico e da escravidão seriam falaciosas, determinadas pelo “orgulho” e pela “fraqueza”, produzidas à revelia de um exercício racional-empírico radical. Para Torres Homem, a idéia de que o Império progredia materialmente, e isto graças à mão-de-obra escrava, seria falsa e não se encontrava adequada ao espírito do tempo, ou melhor, às necessidades cobradas pela história. Aqueles que defendiam a compreensão de que o fim do tráfico e da escravidão traria profundos prejuízos ao Império, não eram capazes, em verdade, de se colocar consonantes aos imperativos morais e materiais que iam se concretizando ao longo da história da humanidade. Portanto, caberia aos homens e mulheres da *boa sociedade* refletir e observar a concretização da história e compreender, por conseguinte, quais eram as idéias e costumes que iam provocando o progresso moral e material de cada “nação” e da humanidade, a um só tempo.

O que Torres Homem está dizendo é que a argumentação a favor da continuação do tráfico negreiro e da escravidão, por mais sofisticada que pudesse ser, ou ainda, independente dos seus cálculos e pesquisas, não passava de uma premissa fundada em interesses “orgulhosos” e “fracos”, determinados pela superposição dos desejos em relação à vontade. Ao contrário do que era proposto pelos homens em geral, caberia ao Império abolir o tráfico e a escravidão o mais rápido possível, imediatamente, e isto porque os prejuízos provocados num

durante toda a vida (...) É difícil portanto para um homem em particular desvincilar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela (...). (KANT, 2005, p. 64-5)

primeiro momento não seriam significativos se comparados as benesses que os proprietários de escravos teriam a médio e longo prazos, a partir da adoção da mão-de-obra livre e da mecanização dos engenhos. Segundo o autor, o “carro” da “indústria” tinha de “passar”, ou melhor, Torres Homem insistia na realização de reformas que, a despeito de quaisquer cálculos e argumentações ao contrário, precisavam ser realizadas, em virtude de uma necessidade metafísica. Enfim, na mão inversa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, cria no poder de realização da história, que concretizava as idéias e os costumes disponibilizados pela “Revolução Industrial”, e afirmava que, caso o Império não abolisse o tráfico de escravos e a escravatura, imediatamente, ele cairia em decadência²⁶.

Argumentava a favor do alinhamento do Império à história, ao espírito do tempo, o que provocaria o seu progresso moral e material, no entanto, mostrava-se profundamente pessimista e desconfiado. Anotava que a insistência da *boa sociedade* em relação à vigência da escravidão acabaria sendo responsável pela sua própria destruição, pela sua ruína, e isto porque “a história diz, que as grandes reformas se hão feito (...) à custa dos que para elas se não achavam preparados”.

²⁶ Bernardo Pereira de Vasconcelos propunha uma espécie de *démarche* no Império do Brasil em relação aos sentidos que a Europa ia concretizando, em especial o liberalismo político e, a partir dele, a própria abolição da escravatura. Para o principal articulador do “Regresso”, o Império deveria compreender os seus limites e suas possibilidades no que tange à concretização de sentidos como o liberalismo político, e isto para que sua instauração não redundasse em “anarquia” ou em tirania. Bernardo Pereira de Vasconcelos afirmara, entre os anos de 1837 e 1838: “Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia”. E continua: “Como então quis, quero hoje servi-la [a sociedade], quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia do seu perigo, de sua fraqueza: deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. [...] Os perigos da sociedade variam, o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir o seu país?”. (Apud CARVALHO, 1999, p. 9 *passim*)

3.4.

A investigação histórica a serviço da economia política

Fugindo do sentimentalismo pueril assim como também de um cinismo insolente, maus meios um e outro de raciocinar em matéria tão grave (...) nós procuraremos, para a solução da questão, na vida de alguns povos possuidores de escravos o gênero de influência, que sobre a sua marcha industrial exercera a escravatura, e logo desde o primeiro passo nesta investigação daremos fé de dois fatos assaz notáveis: 1º o desprezo da classe livre para quantas ocupações tem por fim dar utilidade e valor aos objetos da natureza material para a satisfação das humanas necessidades: as únicas profissões, que pelo contrário assomam o galarim, as únicas condecoradas com o timbre da pública estima, são as que ministram meios de influência e de ação sobre os outros homens, ou sobre a sociedade; 2º decadência da agricultura e das artes, pobreza mais ou menos geral. Uniforme invariável e absoluta é a verificação histórica da relação existente entre estes dois fatos e a escravatura. Princípiemos por considerá-la nos Romanos, o povo que na antiguidade mais escravos possuiu. (Torres Homem, 1978, p. 40)

Torres Homem inicia o parágrafo evidenciando, uma vez mais, o papel fundamental da razão para a construção de uma sociedade afortunada. Segundo o autor, os homens deveriam orientar suas argumentações pela razão e não pelo “sentimentalismo” e pelo “cinismo”. O “sentimentalismo” ou o “cinismo” seriam, em verdade, estratégias que corroboravam compreensões falsas acerca da realidade. Dizendo ainda em outras palavras, os homens e mulheres da *boa sociedade*, “orgulhosos” e “fracos”, incapazes de assumir as novas idéias e costumes adequados ao espírito do tempo, recorriam a uma argumentação “sentimentalista” ou “cínica”, o que significa pouco ou nada preocupada em fazer aparecer a verdade. Em última instância, a argumentação “sentimentalista” era insuficiente, ou melhor, não passaria de uma espécie de discurso que acabava por justificar a prática de uma escravidão mais amena e carinhosa, fundada no “amor”, na “ternura” e na “compaixão”, termos muito utilizados à época e que encontramos no texto de um José Bonifácio (Bonifácio, 1988, p. 64-5). E o “cinismo”, por outro lado, tratava de falsificar cálculos afirmando, ao fim, que a “indústria” se desenvolvera no “Brasil” ao longo do período colonial e que continuava progredindo, e isto graças à escravidão, fundada no trabalho dos negros africanos, fortes, “imaginativos” e diligentes²⁷.

²⁷ Esta argumentação que Torres Homem considerara “cínica” fora desenvolvida por BARRETO, 1988, p. 83 et. seq. e por VASCONCELOS, 1999, p. 268.

O autor lança mão da investigação do passado, ou seja, da história, e isto com o objetivo de fazer aparecer a verdade sobre a instituição escravidão. Sua investigação e historiografia são propriamente uma filosofia da história, ou seja, evidenciam através dos vestígios do passado um sentido progressivo, que se desdobrara ao longo dos tempos. A investigação do passado e sua escrita aparecem como sendo, antes de tudo, uma “verificação histórica”. A história ganha aqui um sentido pragmático no interior do qual o conhecimento detalhado do passado, a partir de sua diferença, é desimportante, e isto em nome da própria transformação do presente. Sua preocupação fundamental é evidenciar aquilo mesmo que é estrutural, que funda todas as épocas e que deve ser respeitado e concretizado, a saber, a compreensão de que a história da humanidade é a história da “marcha industrial”²⁸.

Torres Homem se dedica, então, ao estudo do passado, mais especificamente de sociedades escravocratas como Roma e Egito, e isto com o intuito de “verificar” três determinações que orientariam todas elas, levando-as à decadência, “fatos assaz notáveis”, a saber: 1- o desprezo pelo trabalho; 2- a afeição pelos cargos públicos e 3- a “decadência” da agricultura e das artes²⁹. O

²⁸ Neste sentido, vale anotar que nem todos os autores que se utilizaram da história com o objetivo de “verificar” a decadência das sociedades escravocratas, ao longo dos anos de 1820 e 1830, o fizeram a partir de uma filosofia da história definida. Burlamaque, por exemplo, se utilizou da história para “verificar” a relação necessária entre escravidão e decadência, mas não organizou e orientou sua investigação a partir da concretização progressiva de um único sentido, a “marcha da indústria”, como fez Torres Homem. Se este autor se aproxima do modelo de história fundado entre os séculos XVIII e XIX, a história como *singular coletivo* (*die geschichte*), Burlamaque evita comparar a Antiguidade à época Moderna, e isto porque reserva a cada época, digamos assim, uma espécie de logicidade própria às suas instituições, como podemos ler: “À vista do silêncio dos antigos e dos modernos a tal respeito (a escravidão), poder-se-ia crer, relativamente aos primeiros, que o estado de servidão de uma parte do gênero humano à outra parte lhes pareceu tão natural, mesmo aos seus historiadores, que estes não conceberam poder haver uma outra maneira de existir; e a respeito dos segundos, pode supor-se que o objeto é em si mesmo tão terrível que ninguém o ousa examinar de perto” (BURLAMAQUE, 1988, p. 131).

Bonifácio, por sua vez, já se aproxima mais de Torres Homem, mas sem manifestar, no entanto, uma filosofia da história definida, senão acompanhemos: “Fala, pois, contra vós a justiça e a religião, e só vós podeis escorar no bárbaro direito público das antigas nações, e principalmente na farragem das chamadas leis romanas. Com efeito, os apologistas da escravidão escudam-se com os gregos e romanos, sem advertirem que entre os gregos e romanos não estavam ainda bem desenvolvidos e demonstrados os princípios eternos do direito natural e os divinos preceitos da religião”. (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 65)

Para a compreensão mais detida da história como *singular coletivo*, ver KOSELLECK, 2006, capítulo 2, GUMBRECHT, 1999, em especial o capítulo intitulado “Depois de aprender com a história” e HARTOG, 2003, p. 11 et. seq.

²⁹ Sobre o desprezo pelo trabalho por parte dos proprietários e dos escravos e a consequente “decadência” da “indústria” no interior de toda e qualquer sociedade escravocrata, José Bonifácio já havia escrito: “Para provar a segunda tese, que a escravatura deve obstar a nossa indústria, basta lembrar que os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se vêem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria ou melhorar sua lavoura.

desprezo pelo trabalho significa o desdém pelas atividades responsáveis pela exploração da natureza em nome da satisfação das carências humanas. A afeição pelos cargos públicos apareceria como uma consequência necessária desse desprezo, sendo motivada, também, pelo interesse do homem em manipular outros homens e realizar suas inclinações e apetites. E, por fim, as sociedades escravocratas seriam acometidas pela “decadência” da agricultura e das artes, ou ainda, das atividades manuais, o que significa a prática de atividades as mais distintas, como o artesanato e a manufatura e a arquitetura e a escultura as quais conhecemos hoje, mais propriamente, como arte. Segundo Torres Homem, as sociedades escravocratas acabavam incapazes de produzir aquilo mesmo que era necessário à sua sobrevivência, e isto porque o setor produtivo acabaria entregue a uma “classe” diminuta, explorada, raivosa e despreparada, consciente de que sua atividade era fundamental ao progresso material de seus proprietários e que, ao fim, acabava provendo e sustentando os privilégios de alguns poucos, em detrimento de seu próprio progresso. O resultado dessa consciência era que os escravos acabariam produzindo muito menos do que seria possível.

As sociedades escravocratas também seriam condenadas à decadência das artes, e aqui nos referimos, em especial, à escultura e à arquitetura, e isto porque a

Demais, continuando a escravatura, a ser empregada exclusivamente na agricultura e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços. E logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiação e desleixo pelos caprichos de um falso pudentor. As artes não se melhoram, as máquinas que pouparam braços e pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes são desprezadas”. (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 67)

Ainda sobre o desprezo pelo trabalho, Maciel da Costa afirmara que: “O pior de tudo é que o trabalho industrial, relegado na classe dos escravos, se aviltará aos olhos da multidão e por isso a classe livre o detestará como acontece já entre nós com o trabalho agrícola, que na opinião geral é só para escravos”. (COSTA, 1988, p. 23)

Segundo Burlamaque: “O primeiro e o mais visível efeito que produzem os escravos sobre seus senhores é dispensá-los dos trabalhos que fornecem imediatamente aos homens todos os meios de existência; o segundo é fazer-lhes ver estes trabalhos com desprezo, pois que são exercidos por mãos de indivíduos ou, antes, de coisas reputadas vis”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 125)

Sobre a afeição pelos cargos públicos, afirma Burlamaque: “Nada produzindo os trabalhos e sendo demais reputados vis, os cidadãos os abandonam, se entregam ao ócio e, em consequência, aos vícios, ou se algum resto de moral, produto da educação e do temperamento, os não conduz ao crime, aspiram então com furor aos cargos públicos. Para os indivíduos que pretendem viver à custa das rendas públicas, todos os empregos são bons, pela opinião de que todos esses cargos são ilustres ou que pelo menos os livrarão da miséria. Desde então os candidatos aos lugares públicos são tão numerosos que não é possível admitir nem um vigésimo, julgando-se todos nobres e convenientemente habilitados. A sua raiva não tem limites quando se lhes não dá a preferência: intriga, calúnia, espírito de vingança, tudo se põe em prática; o caráter se desnatura, o furor sucede aos sentimentos de benevolência natos no coração humano; nunca se perdendo as esperanças, ninguém cogita outro meio de sair da inércia e da miséria, tudo se conserva estacionário (...) O segredo das conspirações na atual época é a guerra que se faz aos cargos públicos de interesse”. (Ibid., p. 127)

principal ocupação dos homens deixava de ser a agricultura e as artes para se tornar a política, lugar ideal à realização de suas inclinações. Os homens e mulheres que antes se dedicavam às artes, teriam se afastado delas, e isto porque elas não garantiriam nem *status* nem a concretização de seus apetites. Em última instância, as artes mecânicas teriam sido abandonadas, junto à agricultura, e tidas como atividade própria ao escravo que, por sua vez, seria incapaz de desenvolvê-la com a perícia necessária, e isto porque seriam orientados pela lassidão. Em relação à arquitetura e à escultura romana, lemos:

A escultura e a arquitetura, que haviam sido importadas da Grécia, onde subiram ao vértice da perfeição, permaneceram sem desenvolvimento algum nas mãos dos escravos romanos. Nem uma só estátua romana existe que merecer possa, não diremos admiração, mas ao menos a atenção da posteridade, por sua perfeita execução, com quanto tivessem escravos excelentes modelos nas estátuas trazidas da Grécia para decorar os monumentos de Roma, como o Laokoon, o Gladiador, a Diana, o Apolo de Belvedero, e muitos outros primores do Grego sinzel. Os monumentos mais perfeitos, que de Roma remanescem, são todos devidos a artistas Gregos e oferecem não pequeno contraste com os levantados pelos escravos Romanos, como por exemplo o arco de Constantino, a basílica de S. Pedro e S. Lourenço, cujos mosaicos são tão mal concebidos quão grosseiramente executados. (Torres Homem, 1978, p. 48-9)

Contudo, segundo a “verificação” historiográfica realizada por Torres Homem, a própria Roma republicana, antes da instauração da escravidão, possuía uma “indústria” vigorosa e alcançava progressos morais e materiais significativos.

Na quadra primitiva da república e quando ainda estreme da lepra da escravidão doméstica, nenhum trabalho útil desprezavam os Romanos, notáveis então pela simplesa dos costumes, afimco ao trabalho, modéstia e frugalidade da vida: d’outro lado o solo de Roma gratificava os esforços do trabalhador livre com ricas e abundantes colheitas. (Torres Homem, 1978, p. 40-1)

O autor descreve a Roma republicana, afirmando que ela fora prospera ao longo do tempo no qual não vigia a “lepra da escravidão”. Relata uma “simplesa dos costumes”, o que significa dizer a dedicação da existência àquilo mesmo que seria fundamental, a saber, produzir junto à natureza e através do próprio trabalho o que seria suficiente às necessidades humanas; atividade que deveria ser concretizada com “modéstia” e com “frugalidade”, o que significa a necessidade de se trabalhar e de se produzir apenas o necessário, evitando o acúmulo de riquezas. O que está em jogo aqui é que a Roma republicana, fundada no trabalho

livre, colocara-se em consonância com a “marcha da industrialização”. Essa Roma teria sido uma etapa importante no processo de concretização da história, da “marcha da indústria”, e isto porque teria feito viger a compreensão de que a produção fundada na mão-de-obra livre seria a atividade humana *par excellence*, uma produção que se fundara na “modéstia” e no equilíbrio, o que garantiria, em última instância, a conformação de uma ordem na qual todos se reconheceriam realizados e como resultado “o solo de Roma gratificava os esforços do trabalhador livre com ricas e abundantes colheitas”. A “indústria” era uma atividade comum a todos e determinada pelo equilíbrio, o que inviabilizaria o acúmulo e a concentração de riquezas propícias à “exploração do homem pelo homem”. Os homens produziam com satisfação e incrementavam as atividades produtivas, no entanto, Roma se entregara à escravidão.

Logo porém que levaram vencimento dos povos belicosos da Itália e a medida que pela conquista do orbe adquiriram grande número de escravos, deram de mão à indústria e até à agricultura, que de primeiro tanto haviam honrado e por cujo propósito oferecem os anais de Roma primitiva magníficos episódios. Os próprios homens, que mor aferro tinham às antigas usanças, como era Catão partilharam o universal desdém contra a indústria. (Torres Homem, 1978, p. 41)

A Roma republicana se expandia e tornara-se um poderoso Império fundado na escravidão, prática que acabara afastando os romanos do trabalho junto à natureza. O trabalho junto à natureza fora entregue ao escravo e este, alienado e movido pelo ódio, tornava-se insolente e lascivo, incapaz de explorar o solo com a diligência e eficiência necessárias, o solo de Roma não gratificava mais seus trabalhadores. O trabalho junto à natureza ganhara o selo da improbidade, ou seja, passara a ser compreendido como uma atividade “vil”, o que afastava os romanos do sentido fundamental à história - a “marcha industrial”. E mais, mesmo os seus homens mais especiais, como Catão, dedicaram-se desde então às coisas da política, como se a política fosse mais fundamental à sobrevivência de um povo do que a agricultura e o comércio, fonte de satisfação e de realização. Como afirma Torres Homem.

(...) cada qual cobrava receios de ter parecença com os escravos, aplicando-se de envolta com eles à produção material; a ignomínia do obreiro escravo passava ao trabalho, e este uma vez aviltado, aviltava por seu turno o trabalhador livre, deplorável resumo da história de quantos povos possuem escravos (Torres Homem, 1978, p. 41).

Os romanos se tornaram avessos às coisas da agricultura, do comércio e das atividades mecânicas, e isto porque essas atividades passaram a ser atributos do escravo. Assim criara-se uma mentalidade coletiva acerca do trabalho que acabara impossibilitando, por fim, a retomada do modo de ser “industrial”, modo de ser que seria o próprio sentido que se realizaria, necessariamente, ao longo da história, fato que decretara a queda de Roma, afinal – “a história diz, que as grandes reformas se hão feito no mundo, não só a seu despeito, mas à custa dos que para elas se não achavam preparados” (Torres Homem, 1978, p. 39). Os romanos, afastados daquilo mesmo ao que deveriam se dedicar, entregaram-se à política, que Torres Homem comprehende como sendo a arte de ministrar “meios de influência e de ação sobre os outros homens, ou sobre a sociedade” (Torres Home, 1978, p. 40). Para o autor, ao invés de se dedicaram ao trabalho, à transformação da natureza em riqueza capaz de satisfazer as necessidades humanas, à agricultura e à pecuária, ao comércio e às artes mecânicas, os romanos dedicaram-se a uma espécie de expansão desmedida de seu Império, ao exercício da “política” e ao exercício da “filosofia”, senão vejamos:

“Necessitamos dizia Menenio no Senado, de soldados aguerridos, de gramáticos, oradores, e não de lavradores, mercadores e outros da mesma laia dados à vis e ignóbeis profissões”. Neste ponto o senador fazia toada com a filosofia da Grécia, a qual erigira em máxima a política, que indignas eram do homem livre a agricultura, o comércio e as artes: isto assim deveria ser. A filosofia de uma época é a representante mais completa dessa mesma época; somente ela resume e formula científicamente as crenças das massas, ou por que assim o digamos, destila em gotas límpidas a substância grosseira do pensamento popular. (Torres Homem , 1978, 41-2)

Segundo Torres Homem, Platão e Aristóteles teriam sido fundamentais à decadência de Roma, e isto porque eles teriam produzido e difundido um modo de ser em tudo avesso ao sentido fundamental à história da humanidade, à realização do modo de ser “industrial”. As filosofias de Platão e de Aristóteles teriam sido o resultado e, a um só tempo, a argumentação mais sofisticada a favor de um modo de ser “político”, que afastara os cidadãos romanos da agricultura, do comércio e das artes mecânicas, entregando a “indústria” ao escravo. Roma tornara-se um Império em expansão, fundado na “política”, ou seja, na arte de orientar e convencer os homens a partir do desejo de exercer influência e de concretizar

inclinações e apetites, e isto sem que fosse capaz de produzir a riqueza necessária ao sustento do próprio Império³⁰.

A forma como os romanos lidaram com a agricultura, com o comércio e com as artes mecânicas, delegando-os aos escravos, acabara determinando a decadência e a destruição do Império Romano, e isto porque os escravos iam se tornando lascivos e se rebelando, recusando, enfim, o fardo pesado a que eram submetidos, e os romanos, em geral, já não mais sabiam nem ambicionavam lidar com tais ocupações. Os romanos foram se tornando “ociosos”, ou ainda, “políticos” e “filósofos” se preferirmos. Ao fim, o Império Romano ia crescendo em conquistas e, também, no que se refere à quantidade de homens que precisavam ser alimentados e cuidados e, no entanto, o sistema produtivo romano encontrava-se nas mãos de proprietários “opulentos”, que se dedicavam à realização de suas inclinações, esquecendo de investir na produção das “matérias primeiras” essenciais à sobrevivência. Como resultado, os proprietários acabaram falindo, levando o Império à decadência e à destruição. Os cidadãos se afastaram das atividades produtivas e os escravos, sem estímulo, iam capitulando. Como afirma Torres Homem:

A completa decadência da agricultura foi a imediata consequência de um tal estado de coisas. Todos os agrônomos Romanos, que como Plínio, Columella e Varro por muito alumiados não capitulavam com os erros de seu tempo, queixavam-se amargamente da fatal influência da escravidão sobre a agricultura. ‘Qual era a causa daquelas abundantes colheitas, pergunta Plínio, falando dos primeiros tempos da República? É que então os homens consulares se ocupavam do cultivo dos campos, entretanto que hoje anda entregue a desgraçados carregados de ferros e que sobre a fronte trazem o ferrete vergonhoso da servidão’. A negligência, incapacidade e má vontade dos escravos, donde resultara a deterioração da agricultura, são por Columella descritas como uma sagacidade admirável, descrição que ele termina estabelecendo como princípio fundamental, que o trabalho do colono livre é sempre superior ao do escravo, qualquer que possa ser o gênero da cultura. (Torres Homem, 1978, p. 43)

Segundo Torres Homem, a Antiguidade fundava suas atividades produtivas, principal fonte de sobrevivência de qualquer “povo”, na simples

³⁰ Torres Homem cita Aristóteles e Platão: “‘Em um Estado bem governado, escreveu Aristóteles, não devem os cidadãos exercer artes industriais e nem dar-se ao comércio. Se por ventura quereis que os cultivadores da terra enchem as medidas do desejo, cumpre, que sejam escravos e escravos estrangeiros’ (Aristóteles, *Moral e Política*, tom. II, p. 458, edição de M. Thurot). Dissemelhante não era o teor de pensar de Platão a este respeito, e este homem, que alias por tantos títulos se recomenda à posteridade, agastava-se mui seriamente de que se houvesse desbotado as ciências por sua aplicação às artes”. (TORRES HOMEM, 1978, p. 41-2)

quantidade de trabalhadores escravos, impedindo a introdução de técnicas capazes de mediar a relação do homem com a natureza e de conquistar ganho na produtividade. A introdução de técnicas possibilitaria a determinado “povo” poder de antecipação em relação à natureza, ou melhor, a capacidade de se proteger de sua imprevisibilidade e de alcançar um progresso material estrutural. Os Antigos, “orgulhosos” e “fracos”, bem como os “brasileiros”, insistiram na tese de que uma maior quantidade de trabalhadores escravos era suficiente ao aumento efetivo da produção. Ledo engano anota o autor, e isto porque o máximo que conseguiam era um incremento momentâneo da produção, quer porque os escravos lidavam de forma imediata com uma natureza vigorosa e imprevisível, que ia minando sua força, quer porque os escravos, explorados e conscientes de que não usufruíam daquilo mesmo que produziam, exerciam sua função com “má vontade” e “negligência”. Em verdade, sociedades escravocratas como Roma e como o Império do Brasil não seriam capazes de elevar sua produtividade e de alcançar um progresso consistente.

Qualquer que fosse então a potência individual do sábio, a ciência não penetrava nas oficinas. A mecânica prática dos antigos consistia essencialmente em um espantoso consumo de homens empregados como força muscular. Uma vez que o homem tem a sua discrição grande quantidade de outros homens a título de escravos, a necessidade de economizar tempo e forças jamais se lhe apresente ao espírito (...) A distinção principal, que lava entre o homem no estado de uma sociedade grosseira e imperfeita e o homem na sociedade civilizada, consiste em que um prodigaliza suas forças naturais, entretanto que o outro as economiza e as poupa, tirando partido das forças que encontra esparsas em torno de si: para domar a resistência da natureza material ele arma sua fraqueza com máquinas (Torres Homem, 1978, p. 44-5)

A compreensão de Torres Homem acerca do saber histórico deixa-se perceber, com clareza, neste momento do texto. O autor compara a Antiguidade à Europa do século XIX, e isto sem nenhum receio de fundar enunciados anacrônicos. Isto se dá justo porque Torres Homem não está preocupado com a diferença, com aquilo mesmo que seria específico a determinada época. Sua investigação, como já vimos, é uma “verificação” que pretende evidenciar o passado apenas na medida em que ele pudesse ratificar o desdobramento de um sentido, no caso a “marcha da indústria”. O autor tem uma medida, a saber, a “marcha da indústria”, que torna possível quaisquer comparações e julgamentos em relação a outras épocas e sociedades. O passado aparece como um âmbito no

interior do qual o sentido “indústria” se concretizou apenas lentamente, e confirma, por fim, a supremacia do presente.

E o que diremos do estado das artes industriais depois da introdução dos escravos? Não é intenção nossa deserdar totalmente a antigüidade da parte, que a este respeito lhe é devida; mas quando se lança os olhos para a indústria Romana, fica-se confundido da imensa distância que a separa não só da indústria das nações modernas, mas ainda da de outras contemporâneas de Roma, que escravos não possuíam (...) É esta razão porque o uso das máquinas foi desconhecido de toda a antigüidade e por que em alguns países modernos a escravatura é insuperável empecço à introdução dessas engenhosas e brilhantes filhas da civilização, que tão eficaz assistência prestam ao homem, enriquecendo-o de potência, que ele em vão procuraria nos seus órgãos físicos ou que só poderia provir de numeroso concurso de forças humanas. (Torres Homem, 1978, p. 44)

Torres Homem se utiliza da história com o intuito de confirmar, de “verificar” sua filosofia da história, ou ainda, manipula o passado com a intenção de confirmar a compreensão de que o destino da humanidade se concretizaria a partir de um sentido, e isto de forma progressiva, mesmo que não exatamente linear. O autor é capaz de unificar fatos aparentemente distintos, próprios a diferentes culturas, a partir de uma determinada medida, a saber, a “marcha industrial”, fazendo o presente europeu aparecer como um momento especial (evoluído) em relação ao passado. Torres Homem passa ao “povo egípcio”.

Lê-se em Heródoto, que a construção da grande pirâmide Egípcia ocupara 100 mil homens durante 20 anos, o que equivale a 2 milhões de obreiros por um ano, sem contar os trabalhos da extração, carroto das pedras, abertura de galerias subterrâneas, trabalhos que per si só dez anos duraram. O serviço de 100 mil homens, renovados de três em três anos e estupidamente empregados neste monumento, que nenhum outro fim tinha além de satisfazer o orgulho do tirano, que o erigia, foi um objeto de calamidade e de horror para o povo Egípcio, porque privados os obreiros de máquinas e empregando quase exclusivamente forças braçais, pereciam em extraordinário número de afã, de miséria e de moléstias junto daquele colosso de pedra. Ora tem-se calculado que todas as máquinas de vapor de Inglaterra postas em ação por trinta mil homens extrairiam a mesma quantidade de pedras e as levantariam à altura da grande pirâmide no curto espaço de 18 horas. (Torres Homem, 1978, p. 45-6)

Torres Homem passa ao Egito, e isto com o objetivo de fazer a Antigüidade aparecer como precária se comparada à Europa Oitocentista. Antigüidade que era escravocrata e que teria padecido de sofrimentos significativos até decair e ser superada pelas nações que souberam se colocar em sintonia com o sentido fundamental à história da humanidade - a “marcha da

indústria”. Os Egípcios, à semelhança de Roma, confiaram no emprego de grande quantidade de trabalhadores escravizados, em sua “força muscular”, e não se dedicaram ao desenvolvimento de máquinas capazes de mediar a relação entre o homem e a natureza, possibilidade que, segundo o autor, estaria disponível no Egito, em Roma ou em qualquer outra civilização, mas que fora desprezada.

Torres Homem se apóia em Heródoto para descrever o processo de construção de uma das pirâmides egípcias, evidenciando um quadro de agonística entre homem e natureza, quadro no interior do qual a sociedade saíra derrotada devido à “tirania” de alguns poucos homens ou se preferirmos graças ao seu “orgulho” e à sua “fraqueza”. Cada pirâmide teria provocado aos egípcios momentos de “calamidade” e de “horror”, e isto porque “privados de máquinas”, privados da utilização do que o homem teria de mais próprio, a sua razão, a sua astúcia, os egípcios se punham a enfrentar através da “força muscular” aquilo mesmo em relação ao que pouco ou nada podiam – a natureza. Caíam prostrados em “miséria”, “molestados”. Algo bem diferente do que ocorreria caso a Inglaterra se propusesse a erigir pirâmides. Nesse caso, a razão humana seria mobilizada, e isto de acordo com a “marcha da indústria”. Torres Homem afirma que 30 mil homens num prazo de 18 horas seriam suficientes para que os ingleses suspendessem a mesmíssima arquitetura, sem “miséria”, sem “moléstias”. O autor faz o passado “verificar” sua filosofia da história, e isto sem nenhum constrangimento de natureza historicista. Reúne algumas informações sobre o Egito Antigo e as utiliza para demonstrar que a Inglaterra industrial, determinada pelo liberalismo político, pelo trabalho livre e pela mecanização, era o resultado mais especial da evolução da história. E continua:

Um outro fato recente, mas que por sua natureza é um anacronismo na história moderna, revela igualmente todas as misérias da condição humana, quando no escravo encarando tão somente a pura força corporal, o empregais como utensílio ou como máquina. O Pacha atual do Egito em um desses acessos de capricho à que os tiranos costumam a ser sujeitos, querendo, há bem poucos anos, alimpar um dos antigos canais do país obstruído pela vasa, nenhum outro meio imaginou para obter este resultado senão o de encarregar desta tarefa 50 mil homens despidos de toda a espécie de máquinas, 50 mil homens que a si mesmos deviam servir de pás, de bombas e de bartidouros; os volumes dos corpos humanos, seus peitos e braços, tais foram os utensílios. Eles obedeceram e precipitaram-se no canal. Não sabemos se este foi com efeito limpo, porque a história não o diz; ela diz somente que no fim do primeiro ano haviam perecido mais de trinta mil daqueles infelizes homens-máquinas. (Torres Homem, 1978, p, 46)

A escravidão, aqui, aparece como anacronismo, ou seja, com uma instituição que já nascera em desacordo com o sentido da história, mas que, à época moderna, tendo em vista o estágio “industrial” alcançado pela Inglaterra, tornava-se profundamente inadequada. Mas algo mais está em questão. Como havia feito quando tratara de Roma, a intenção de Torres Homem é, mais propriamente, a de mostrar que a prática escravocrata produzia um modo de ser próprio, um horizonte transcendental definitivo capaz de resguardar e oferecer determinadas idéias e costumes ao longo de muitos séculos, mesmo após o fim da escravidão no interior de uma determinada sociedade. Em outras palavras, o que está em jogo aqui é o pessimismo de Torres Homem, sentimento fundado a partir da percepção de que toda sociedade escravocrata ontologiza determinadas idéias e costumes que acabam precipitando-a, necessariamente, à decadência, e mais, uma vez essencializados, esses sentidos tornam-se horizonte orientador, o que significa dizer que só podem ser ultrapassados a partir de um esforço radical, ou ainda, a partir da transformação do próprio horizonte, do modo de ser podemos dizer. O Egito, por exemplo, continuaria sofrendo, ainda no século XIX, com os “preconceitos”, com as idéias e os costumes fundados há muito no interior de uma sociedade que ainda era escravocrata, e isto porque os egípcios ainda consideravam que a “indústria” era vil e que a “força humana” era suficiente ao enfrentamento da natureza. Assim, o autor assistia, à sua época, ao “pacha do Egito”, ainda comandado pelo “capricho” ou “orgulho” Antigos, ordenar que 50 mil homens, sem qualquer maquinário, se lançassem à empresa de limpar um canal, na qual “mais de trinta mil daqueles infelizes homens-máquinas” haviam morrido. E continua:

Ora qualquer país civilizado da Europa, aonde não existem escravos, nem a possibilidade de consumir-se homens com a mesma facilidade com que se consome o combustível em uma fornalha, e onde por consequência a necessidade força o homem a ser inventor, teria estabelecido máquinas de vapor para sorver a água e limpar a vasa ou simplesmente teria adaptado à bomba o parafuso por Arquimedes inventado para secar as terras daquelas mesmas regiões. (Torres Homem, 1978, p. 46-7)

O autor insiste na argumentação de que o que havia de essencial para o progresso industrial já estaria, de alguma forma, disponível desde a Antiguidade, desde Arquimedes. Dizendo ainda em outras palavras, de acordo com a sua

filosofia da história, todas as épocas teriam aparecido no interior de um único sentido, a saber, o da “indústria”, e isto embora as épocas Antiga e Medieval tivessem dificultado a sua realização aqui e ali, tornando a própria história da humanidade algo tortuosa. Como dissera linhas acima, homens como Plínio, Columella e Varro, agrônomos romanos, já teriam realizado cálculos que evidenciavam os prejuízos trazidos pela utilização da mão-de-obra escrava na agricultura, bem como já teriam concretizado técnicas capazes de maximizar o cultivo dos campos, mas “qualquer que fosse então a potência individual do sábio, a ciência não penetrava nas oficinas” (Torres Homem, 1978, p. 44). O que Torres Homem evidencia é que numa sociedade determinada pelo modo de ser escravocrata os homens em geral, em especial os proprietários, se tornam, necessariamente e definitivamente, despreocupados com a habilitação de técnicas capazes de poupar esforços ao homem, de poupar vidas, de conquistar tempo e de assegurar-se em relação à imprevisibilidade própria à natureza, costume que perduraria e se repetiria sempre uma vez mais. Por outro lado, acompanhemos o que o autor afirma sobre as sociedades afinadas à “marcha da indústria”:

Recorrendo à potência do vapor e das máquinas em vez do trabalho muscular do escravo, a sociedade moderna teria feito precisamente aquilo que reclamam os interesses da indústria e o respeito para a natureza do homem, isto é, o operar sobre a matéria pelo intermédio da matéria, como condição única de sucesso, e reservar a intervenção do trabalho dos órgãos físicos a não ser outra coisa mais do que a expressão da inteligência, como na marcha do navio intervém a mão do piloto (...) bom é notar que não tem sido pelo desenvolvimento do poder corporal, que as sociedades modernas hão feito maravilhas no campo da indústria e porém tem sido pelo desenvolvimento do poder intelectual, o qual lhes procura enérgicos auxiliares para a grande obra de transformação do globo. Ora incompatível com a escravatura é este gênero de desenvolvimento. (Torres Homem, 1978, p. 47)

Como podemos depreender, as “nações” modernas desenvolvidas seriam determinadas por idéias e costumes em tudo “incompatíveis” com as sociedades escravocratas, e isto também porque elas enfrentariam a natureza utilizando-se da razão, da astúcia humana. O homem no interior de uma sociedade industrial seria “modesto”, reconhecia seus limites em relação à natureza e mobilizava a razão para criar máquinas e técnicas capazes de produzir mais riquezas num menor espaço de tempo, provocando, assim, um progresso consistente e estrutural. Já as sociedades escravocratas, na mão inversa, eram orientadas por dois imperativos

transcendentais, a saber: 1- a “indústria” era compreendida como uma atividade indigna e 2- a razão humana era dispensada, e o homem lidava com a natureza a partir da “força muscular”. Ou seja, as sociedades escravocratas eram determinadas por idéias e costumes, por um modo de ser para sermos mais precisos, responsáveis pela instauração de crises na produção de “matérias primeiras”, o que se desdobra, necessariamente, em carestia, inflação, crises econômicas, civis e políticas e, por fim, na decadência.

Torres Homem anota que as sociedades escravocratas acabam em “pauperismo”. Todos, proprietários e demais homens livres, ao fim e ao cabo, se tornam pobres e incapazes de prover suas necessidades mais básicas, senão vejamos:

(...) e sobre as ruínas da agricultura surgiu um flagelo terrível, que trabalhou Roma em todo o decurso da sua difícil existência, o flagelo do pauperismo. Não quer isto dizer que não existiam no país riquezas colossais: mas essas riquezas adquiridas pela conquista e pela opressão não eram transformadas em capitais para dar trabalho ao obreiro livre e alimentar a indústria; elas eram pelo contrário improdutivamente consumidas, servindo de pasto ao luxo dos Patrícios, vício comum a todos os povos possuidores de escravos. Pobreza geral das massas sociais ao lado de um fasto desmedido, imoral e insolente, era o vício radical que nos fins da república solapava pelos alicerces o edifício balofo da cidade eterna. O plebeu do campo, uma vez substituído pelo escravo Bárbaro, correu a Roma para engrossar no Foro as filas daquele enxame de cidadãos deslustrados pela miséria, que além do ar e da luz do Sol tinham unicamente por cabedal o sufrágio eleitoral, desgraçado cabedal, sobre o qual especulavam no rodopello das desavenças civis, vendendo-o ao primeiro chefe de facão! (Torres Homem, 1978, p. 49-50)

A descrição que acabamos de acompanhar é a da queda do Império Romano, movimento que já vinha se concretizando desde o fim da República, mas trata-se, em verdade, da descrição da decadência de toda e qualquer sociedade escravocrata, o que significa dizer que Torres Homem está evidenciando, através de sua investigação da história da Antiguidade, o destino necessário de “todos os povos possuidores de escravos”, entre eles o Império do Brasil.

Roma experimentara algo que o Império do Brasil estaria começando a sofrer, o “flagelo do pauperismo”, fenômeno intensificado por um terceiro imperativo que se radicalizava e orientava as sociedades escravocratas, o “luxo”, ou ainda, o exagero. Os “Patrícios” investiam suas “riquezas colossais”, na reprodução de cotidianos faustosos e immobilizavam suas fortunas ao invés de reinvesti-las na própria produção.

Com as riquezas imobilizadas o sistema produtivo sofria crises seguidas e os produtos iam rareando e tornando-se mais caros, o que causava o empobrecimento das “massas sociais” e, também, dos homens mais abastados, que tinham de mobilizar quantias cada vez maiores para a compra de produtos que, por sua vez, iam se tornando ainda mais escassos³¹. Situação que inviabilizava, por seu turno, qualquer possibilidade de investimento radical no setor produtivo. Ao fim de longos períodos de oscilação entre agonia e convalescência econômica, as sociedades escravocratas acabavam em carestia e os proprietários de escravos, orientados pelo modo de ser escravocrata, recorriam a empréstimos a estrangeiros e à aquisição de novos contingentes de escravos.

A “massa” de cidadãos de segunda categoria, aqueles que eram livres mas não eram proprietários nem de terras nem de escravos, se amontoava na “cidade eterna” tornando-a um “edifício balofo”, contingente que pouco ou nada possuía a não ser o direito ao voto, direito que em verdade de nada valeria, e isto porque o Estado, orientado por homens “egoístas”, era incapaz de realizar transformações radicais. E aqui encontramos todo o pessimismo e desconfiança de Torres Homem reunidos, afinal a economia escravocrata era praticamente incapaz de se auto-transformar e a política, determinada pela “imoralidade”, pelo “egoísmo” e pela “insolênci”, não reunia poder de reação, sendo, ao contrário, âmbito ideal à realização das inclinações e apetites de alguns poucos homens e mulheres. Torres Homem mais do que pessimista e desconfiado, mostra-se descrente na possibilidade de provocar o progresso moral e material do Império do Brasil, a não ser que o tráfico e a escravatura fossem imediatamente abolidos, e isto contra o interesse “orgulhoso” e a despeito da “fraqueza” da maior parte dos homens e mulheres da *boa sociedade*. Ele descreve a queda necessária do Império Romano, mas fala, em verdade, de “todos os povos possuidores de escravos”. Como podemos ler:

³¹ Conforme o autor: “As sedas se vendiam em Roma antiga ao peso de metais preciosos, o que certamente provinha das enormes despesas de produção em consequência da imperfeição dos processos industriais e da incapacidade dos obreiros. Plínio relata que os estofos de lã vendiam-se igualmente ao peso d’ouro; e por que se façá idéia justa da exorbitância daquele preço, releva lembrar que o ouro e a prata valiam então quatro vezes mais do que na época atual (...).” (TORRES HOMEM, 1978, p. 48)

Privada do exercício da agricultura, habituada pela constituição social a desdenhar a indústria, e demais disso inibida pela natureza das coisas de entrar em concorrência com os escravos, a plebe Romana só armou então as munificências do tesouro público a quem alimentavam as dilapidações exercidas sobre os povos vencidos pelos pretores e proconsules, para fazer face já às distribuições gratuitas de trigo, já aos jogos sanguinolentos do circo. *Panem et circenses!* Tal foi o grito geral dessa triste época de miséria, de ócio, de corrupção e de desordem. Quem a iniqüidade semeia não pode colher o bem; mal foi aquele que a Providência divina associou, como o abutre de Prometeu, à violação da lei universal da Ordem. (Torres Homem, 1978, p. 50)

Segundo Torres Homem, o destino de toda sociedade escravocrata, independente da coordenada espaço-temporal, destino realizado com perfeição por Roma, seria o descuido em relação à produção, e isto em função da vigência do próprio modo de ser escravocrata. O resultado era que os homens livres seguiam em êxodo para as cidades, como já havíamos visto no início de nossa análise. Esse último movimento causaria desequilíbrio ao “tesouro público”, que, por sua vez, teria de cuidar da alimentação dessa “massa”, bem como investir de forma significativa no aparato policial. Assim, o autor descreve um quadro perfeito da “pauperização” de todos. Os homens livres pobres, antigos camponeses, perdiam as suas terras e ocupações em função da introdução da escravidão, empobreciam e iam buscar proteção junto ao Estado nas cidades, e isto somado à “repugnância” ao trabalho agrícola que contraíam, necessariamente. O Estado acabava tendo de investir na alimentação e na distração dessa “massa”, bem como na robustez de sua polícia. Os proprietários de escravos (“Patrícios”), por sua vez, perdiam ao insistir em uma luta que já nascera fadada ao fracasso, a saber, a luta imediata junto à natureza e, o que é mais grave, não reinvestem seus lucros conjunturais na própria produção, preferindo realizar suas inclinações (“luxos”).

Torres Homem afirma que este estado de coisas, estado “triste” e “miserável”, de “ócio”, “corrupção” e “desordem”, comum a “todos os povos possuidores de escravos” torna-se, em algum momento, inultrapassável, afinal “quem a iniqüidade semeia, não pode colher o bem”. Aqueles homens que não obedecem, que não auscultam o sentido mais próprio da história, ou ainda a “lei universal da Ordem”, cometem o que os gregos chamaram de *hybris*, de desmedida, uma espécie de desobediência àquilo mesmo que é e que deve ser, a saber, a “indústria”. O castigo desses homens é o mesmo daquele deus que havia roubado a força do fogo aos demais deuses e oferecido aos homens, algo como uma miséria profunda, sofrida dia após dia, ou ainda – “mal foi aquele que a

Providência divina associou, como o abutre de Prometeu, à violação da lei universal da Ordem”.

O autor descreve a queda do Império Romano, mas, como já dissemos, está se referindo às consequências necessárias provocadas pela instauração do modo de ser escravocrata em qualquer coordenada espaço-temporal, pois como anota: “nos tempos modernos o mesmo fato reproduz-se, sem mudar de fisionomia” (Torres Homem, 1978, p. 50). No intuito de “verificar”, de comprovar, a força autodestrutiva do modo de ser escravocrata, Torres Homem evidencia, agora, a sua história da Holanda, senão acompanhemos:

Há aí poucos homens no globo, que possam equiparar-se ao Holandês em atividade, paciência e perseverança nos trabalhos da indústria (...) essa Holanda, graças ao maravilhoso industrialismo de seus habitantes, em uma época que não está muito arredada d’aquele em que vivemos, era o empório e a pedra do anel do mundo comercial. Pois bem; o Holandês, logo que deixa o solo natal para estabelecer-se nas colônias, onde a agricultura e as artes mecânicas são o apanágio dos escravos, torna-se outro homem; o contato da escravidão nele opera a mais repentina metamorfose; de industrioso que era, muda-se em indolente, entranhando-se de invencível repugnância para a produção material. (Torres Homem, 1978, p. 51)

O que está em jogo aqui, uma vez mais, é a força determinante do modo de ser escravocrata capaz de fazer o povo moderno mais “industrioso” - aquele que em virtude de suas limitações naturais radicais havia se dedicado à arte do comércio – ganhar uma nova natureza, ou ainda um novo *éthos*. Aqueles que eram essencialmente “pacientes” e “perseverantes” nos “trabalhos da indústria”, uma vez inseridos no interior de uma sociedade escravocrata, e isto no “Cabo da Boa-Esperança”, “metamorfoseiam-se” em “indolentes” e passam a “repugnar” as atividades comerciais. O autor concede tanta força ao modo de ser escravocrata que chega a dizer que em seu interior um homem diligente e inteligente se “transforma em outro homem”, torna-se lasso e ignorante. Comenta a conquista de um modo de ser “indolente” e “egoísta” por parte de um povo em origem “industrioso”, um *éthos* que reputa, do alto de seu pessimismo e desconfiança, de praticamente inultrapassável, e a história do Império Romano ia se repetindo nos “tempos modernos”, e isto “sem mudar de fisionomia”. As palavras que se seguem são ainda mais decisivas.

No Cabo da Boa-Esperança, o Holandês jamais trabalha; até os indivíduos saídos das últimas filas da ordem social e que por isso mesmo mais modestos deveriam ser, cuidam desonrar-se aplicando-se à indústria, e miram todos à posição mais alta do que aquela, com que os sorteou a fortuna, logo que conseguem a posse de escravos, único alvo à que atira a ambição dos colonos, único fim de todas as economia. Um viajante, que estudou atentamente as faculdades industriais deste país, não reparou em dizer que o expediente único para fazê-lo marchar na via dos progressos seria o de povoá-lo com colônias de Chinas. O estado da agricultura e das artes é o reflexo fiel do torpor e preguiça, em que jazem os habitantes (Torres Homem, 1978, p. 51).

3.5.

Os Estados Unidos e os modos de ser do Norte e do Sul

Torres Homem insiste na “verificação” de que a escravidão e o modo de ser escravocrata provocariam, necessariamente, a decadência social, e isto independente das coordenadas espaço-temporais, hipótese que o força a passar da história de Roma e do Egito ao estudo de sociedades contemporâneas, no caso os Estados Unidos. Acompanhemos:

Quase insensível é a diferença das influências gerais, que hão operado sobre o desenvolvimento da civilização do Meio-Dia e do Norte dos Estados Unidos. A mesma origem, a mesma história política e religiosa, os mesmos destinos sociais, a mesma liberdade nas instituições e nos governos, tem o habitante de um e outro lado da União. Entretanto todos os viajantes, que visitaram os Estados Unidos concordam em assinalar uma imensa distância não só entre a capacidade industrial do homem do Sul e do homem do Norte, como também entre o grau de produção e de riqueza dos Estados colocados nestas duas diversas latitudes. (Torres Homem, 1978, p. 52)

Torres Homem abandona o Império Romano, o Egito e a Holanda e passa a tratar dos Estados Unidos, e isto com o objetivo de comparar os estados do Norte e do Sul e de “verificar”, uma vez mais, sua compreensão de que a escravidão produziria decadência necessária. O autor inicia o texto sublinhando que haveria, por um lado, uma exata coincidência em relação à origem, à procedência, da população que habitara o Norte e o Sul dos Estados Unidos, ambos nasceram a partir de um mesmo “povo”, os ingleses, o que significa dizer que os Estados Unidos foram colonizados por homens e mulheres que possuíam os mesmos costumes, saberes e convicções políticas e religiosas. No entanto, apesar da origem coincidente, os Estados Unidos dividia-se em duas partes, quase dois povos distintos, o Norte rico e industrial e o Sul pobre e decadente. Em verdade, o autor está colocando uma questão, ele pergunta pela razão desta diferenciação radical, ou ainda, por que motivo o Sul dos Estados Unidos teria se tornado decadente. E para dificultar ainda mais o esboço de uma possível resposta, ele assinala que as razões climáticas não são suficientes, ou melhor, não são adequadas a uma resposta convincente, senão vejamos:

O clima do sul é mais salubre, o seu solo mais fértil e rico que o do Norte; apesar porem destas vantagens naturais o Sul oferece demarcada inferioridade em

prosperidade e opulência comparativamente ao Norte. ‘As leis das tarifas, diziam os habitantes de Carolina em 1812, enriquecem o Norte e arruínam o Sul, porque de outro modo como poder-se-á conceber que o Norte com seu clima inospitaleiro e seu solo árido aumente em riqueza e potência, ao mesmo tempo, que o Sul, que forma o jardim da América, caia rapidamente em decadência’. Atraso material do sul e rápidos progressos do Norte, eis o que há de verdadeiro nos queixumes da representação de Carolina: a explicação tirada das tarifas, segundo a linha de suas idéias, ou antes dos seus mal entendidos interesses é uma pura quimera: o verdadeiro motivo, a causa real daquele resultado está em outra parte mui diversa: procurai-a na escravatura e nas suas funestas consequências. (Torres Homem, 1978, p. 52-3)

Segundo Torres Homem, o clima e o solo do Sul seriam mais favoráveis do que os do Norte em relação à prática do trabalho junto ao campo e à produção de riquezas a partir da agricultura e da pecuária, no entanto, o que se percebia era que os Estados do Norte eram os mais ricos e os do Sul, como a Carolina, se encontravam em decadência e reclamavam de não poder pagar as tarifas cobradas pelo Norte à exportação de seus produtos. Torres Homem explica, então, que o modo de ser escravocrata causava a decadência da agricultura e do comércio no Sul, bem como inviabilizara a produção manufatureira, e isto a despeito do clima e do solo hospitaleiros e “férteis”. E, por fim, a reclamação de Estados como a Carolina, exigindo menores tarifas para a exportação de seus produtos agrícolas para o Norte, seria uma espécie de índice que evidenciava a decadência de uma região que detinha condições naturais perfeitas à “marcha da indústria”, e que havia decidido pela escravidão. A escravatura era a razão da perversão anunciada pelo autor, ela seria um modo de ser capaz de transformar qualquer cultura, como as culturas romana e holandesa, e de subverter a própria natureza, desfazendo-se de condições naturais ideais. Em última instância, aquela descrição que fizera de Roma retorna e torna-se válida, também, para a explicação do que considera ser a decadência do Sul dos Estados Unidos. Em traços gerais, a agricultura do Sul, mesmo que contasse com clima e solo favoráveis, estava entregue a homens explorados, que reconheciam a condição alienada de seu trabalho e que, portanto, não produziam com alegria e dedicação e mais, tinham de lidar com a natureza de forma imediata, sem o auxílio de máquinas. A produção ia diminuindo e os preços aumentavam, o que causava a “pauperização” de todos, daqueles que iam perdendo o poder de compra e daqueles que viviam da produção e da venda. E, por fim, fundara-se e compartilhava-se a compreensão de que o trabalho no campo e o comércio eram atividades indignas, próprias aos escravos, o que afastava os

cidadãos livres das atividades produtivas e auxiliava no aprofundamento da crise econômica³². Acompanhemos a reflexão de Torres Homem:

Este oposto estado de coisas surtiu os efeitos que necessariamente devia surtir. Primeiramente, como o Romano, como o Holandês do Cabo da Boa-Esperança, o Americano do Sul dos Estados Unidos desdenha igualmente as profissões industriais e as abandona aos braços e cuidados dos escravos africanos; mas por compensação desdobra uma extraordinária avidez dos públicos empregos; desprezando toda a ação sobre a natureza material, ele só forceja por empolgar cargos que o habilitem a influir sobre os outros homens. (Torres Homem, 1978, p. 53)

O que está em jogo aqui é a “verificação” de que o destino das sociedades escravocratas é sempre o mesmo, a não ser que sejam capazes de coibir o tráfico e de abolir a escravidão muito rapidamente, como fizeram os Estados do Norte, livrando-se “cedo da lepra da escravatura”. Mas não era esse o caso do Sul dos Estados Unidos e posto que o modo de ser escravocrata surte os efeitos que “necessariamente deve surtir”, o destino de Roma e dos holandeses que ocuparam o Cabo da Boa-Esperança voltara a se concretizar de forma idêntica no Sul dos Estados Unidos. Como já adiantamos linhas acima, o trabalho agrícola fora abandonado ao “braço escravo” que, por sua vez, executava suas tarefas com rancor e sem o estímulo necessário à provocação de colheitas extraordinárias, todo o contrário aliás. Já os “cidadãos” do Sul odiavam as atividades agrícolas, comerciais e manufatureiras, preferindo dedicar-se, mais uma vez e a exemplo do que ocorrera no Império Romano e nas demais culturas escravocratas, à vida pública, o que significa dizer à conquista de cargos ideais à conquista do poder necessário à manipulação dos homens e à realização de suas inclinações, cargos que “habilitem a influir sobre os outros homens”. Torres Homem continua procurando compreender o que classifica como “decadência” do Sul dos Estados Unidos.

Como imediata consequência da vilania das ocupações úteis e do preguiçoso orgulho dos habitantes, os obreiros livres desapareceram em massa dos estados possuidores de escravos: a emigração dos primeiros está na razão da importação dos segundos. Eles afluem para o grêmio dos infatigáveis Estados do Norte, onde a indústria longe de ser menosprezada é precisamente a profissão de galarim. A

³² Ainda segundo Torres Homem: “Quão cedo os Estados do Norte purificaram o solo da lepra da escravatura; os Estados do Sul pelo contrário abriram um vasto mercado aos escravos exportados do Norte e da África a ponto tal que em Geórgia, Virgínia, Carolina, Lousiania e outros países do Sul existem hoje 55 escravos sobre cada centena de habitantes”. (TORRES HOMEM, 1978, p. 53)

mor parte das vezes os habitantes do Sul nasce empregado público, ou para nada serve (Torres Homem, 1978, p. 53-4).

Como podemos ler, os “obreiros livres” fugiram do Sul para o Norte, movimento próximo ao êxodo rural que ocorreu em Roma. No interior de uma cultura orientada pela utilização da mão-de-obra escrava africana no campo e mais, determinada pela compreensão de que a agricultura, o comércio e a manufatura eram atividades impróprias ao cidadão, não sobrava espaço para os “obreiros livres”, para os camponeses. Eles teriam ido engrossar a agricultura, a pecuária, o comércio e, especialmente as manufaturas do Norte. Se o Sul tinha clima e solo favoráveis, não teria sabido lidar com tais vantagens, e isto porque adotara a escravidão, tendo, ao fim, devastado o próprio solo, o Norte, pelo contrário, lutara contra o clima e contra a “aridez” do solo, lutara contra os índios, e isto a partir de uma ética do trabalho, transformando a natureza através do esforço, da dedicação e da inteligência. Acompanhemos uma espécie de ode que Torres Homem tece aos americanos do Norte:

O Americano do Norte, que escravos não possui, nasce agricultor, manufatureiro, negociante, artista; ele é quem leva a todos os pontos do globo as riquezas nacionais e traz as do globo ao ceio da confederação; ele é quem afronta a flecha do Índio e os horrores do deserto; são as povoações puras de escravos de Rhode-Island, Massachusetts, Connecticut, Pensilvânia, New-York, Ohio, etc., que hão empreendido e levado a efeito a assombrosa quantidade de obras hidráulicas, estradas, máquinas de vapor, bancos, fábricas, instituições úteis de toda a espécie com fervor tal, que nestes últimos anos vai disparando em um industrialismo febril: são elas, que marcham em coluna contra a Floresta, sua natural inimiga, que improvisam vilas e cidades como que por encanto e que agora mesmo, como se já o espaço lhe faltasse, estão avançando sobre as montanhas Pedragosas (*Rock Mountains*) e apresentando o aspecto de um dilúvio de indústria e de civilização, que sobe sem parar e levanta incessantemente a mão do Criador. (Torres Homem, 1978, p. 54.)

3.5.1.

Dialogando com Tocqueville

Continuando sua análise dos Estados Unidos, buscando, como já mencionamos, “verificar”, por um lado, o destino decadente e necessário das sociedades escravocratas e, por outro lado, o progresso material alcançado, também necessariamente, pelos “povos” que acolhem as premissas da história

universal - do sentido “industrial”, Torres Homem se aproxima de Alexis Tocqueville, de sua *Democracia na América*, e isto em 1836, apenas dois anos após ela ter sido publicada, em 1834 na França. Torres Homem analisa a obra de Tocqueville ao longo de duas páginas, estudo que acompanharemos de perto, e isto porque a leitura de Tocqueville fora fundamental à análise de Torres Homem sobre os Estados Unidos enriquecendo, em última instância, a própria “verificação” de que todas as sociedades escravocratas, inclusive aquelas situadas ao Sul dos Estados Unidos, estariam destinadas à decadência. Torres Homem destaca as seguintes palavras do autor de *Democracia na América*:

A servidão tão cruel para o escravo é ainda mais funesta ao senhor. Esta verdade recebe a última confirmação, quando se chega às margens do Ohio. O Rio, que os índios chamam por excelência o Ohio, ou Belo Rio, banha com suas águas um dos mais magníficos vales, que o homem tem habitado. Sobre as duas ribas do Ohio se espalham terrenos ondeados, onde o solo quotidianamente oferece aos lavradores inesgotáveis tesouros: em ambas o ar é salubre e temperado o clima: cada uma delas forma a fronteira limítrofe de um vasto Estado: aquele que à esquerda segue as mil sinuosidades que em seu curso vai descrevendo o Ohio chama-se Kentuck; o outro, que lhe demora a direita, tomou o nome do Rio. Os dois Estados somente em um ponto se discriminam: Kentuck admitiu escravos; Ohio os repeliu de seu território. (Apud TORRES HOMEM, 1978, p. 55)

Torres Homem, junto a Tocqueville, amplia seu conjunto de exemplos fundamentais à “verificação” de que as sociedades escravocratas são, necessariamente, fadadas à decadência. Ele se dedica à observação e à descrição de um espaço determinado por um mesmo rio, pelo mesmíssimo clima e solo em tudo favoráveis à prática da agricultura e da pecuária, bases fundamentais à riqueza de qualquer “povo”. Aí, no vale do Ohio, Torres Homem, junto a Tocqueville, trata de evidenciar, definitivamente, que a escravidão não nascera a partir de algum tipo de determinação natural decisiva, mas que, ao contrário, ela mesma teria instaurado uma diferenciação cultural e até natural entre as duas margens do Ohio³³. O que parece estar em jogo aqui é uma espécie de cuidado de Torres Homem com os desdobramentos possíveis de sua própria argumentação. Dizendo ainda em outras palavras, parece que o autor quer evitar questões como:

³³ Burlamaque anota uma compreensão semelhante: “Não se pense, repetimos, que o clima influa de nenhuma sorte sobre os produtos e a indústria. Bastaria citar em confirmação desta verdade a Índia, cujo clima é ainda mais quente que o das nossas províncias do Norte e infinitamente mais do que as do Sul. Apesar do despotismo civil e religioso que pesa sobre os habitantes desta parte do Globo, apesar da péssima divisão da população em castas, todo o mundo sabe que esta região é uma das mais ricas do Globo”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 165)

e se justo o clima próprio ao Sul derramasse forte influência sobre o homem, tornando-o naturalmente inclinado à escravidão? Ou ainda em outras palavras, e se o próprio clima do Sul, demasiado perfeito, não fosse impróprio ao trabalho livre?

Ou seja, parece que Torres Homem se apressa a responder a estas questões que seu texto, até então, tornara possíveis, questões que acabariam, em última instância, por condenar a sua filosofia da história fundada na compreensão de que a natureza provocaria no homem o desejo de trabalhar junto a ela, por mais que, aqui e ali, ele não concretizasse esta determinação em virtude de seu “orgulho” e de sua “fraqueza”. O que está em jogo aqui é uma espécie de investigação que cuida de fazer a escravidão aparecer como uma determinação arbitrária, decidida por homens “orgulhosos” e “fracos” orientados pelo “egoísmo” e pelo “ócio”, e não como uma tendência natural ou mesmo como uma instituição adequada aos trópicos, e isto porque nos trópicos a “beleza do clima” e os prazeres por ele oferecidos serviria de “compensação” à escravidão, como afirma Madame de Staël³⁴. Aliás, essa argumentação de Staël teria sido traduzida por boa parte dos proprietários de escravos, e Torres Homem se importava em negá-la, senão vejamos:

D'esta diversidade de situação dimanaram consequências diferentes para um e outro país. Idêntica ao do Sul dos Estados Unidos é a história industrial de Cuba, entretanto Porto Rico distingue-se por sua atividade, inteligência, industrialismo, e o que mais é, oferece cabal desmentido à opinião sustentada pelos proprietários de escravos que o Sol dos trópicos inabilita o colono livre para os trabalhos da agricultura. (Torres Homem, 1978, p. 76)

³⁴ Segundo Madame de Staël: “Entretanto, era mais fácil amoldar os gregos à escravidão que os homens do norte. O amor pelas artes, a beleza do clima, todos os prazeres prodigalizados aos atenienses podiam lhes servir de compensação. A independência era a primeira e única felicidade dos povos setentrionais. Um certo orgulho da alma, um desapego à vida provocados quer pela aspereza do solo, quer pela tristeza do céu, devem tornar ali a escravidão insuportável (...)" (STAËL, 1987, p. 102).

Nesse sentido, Torres Homem ainda anota que: “Livres do laço metropolitano, os habitantes do Norte, como os do Sul marcharam de companhia ao clarão da bela estrada, que se lhes levantou sobre o horizonte, para explorar o vasto continente em que nasceram com esta diferença porém, que os primeiros marcharam armados do machado e do martelo, entretanto que os segundos só tiveram o azurrague por instrumento de indústria. Certo que são as regiões do Sul o Jardim dos Estados Unidos, mas Carolina olvidava de meter em linha de conta, que são as árvores desse Jardim regadas com o suor do escravo, suor venenoso, que as impede de florescer, ao mesmo tempo que a terra do Norte, dado que com ela a natureza se mostrasse um tanto esquivosa, rende-se todavia aos esforços engenhosos e perseverantes do trabalhador livre, e lhe acode com os seus tesouros. É unicamente o trabalho esclarecido do homem, quem as riquezas cria, quem imprime valor aos objetos que o cercam; sem ele as mais favoráveis regiões do globo nenhuma vantagem e utilidade acareariam à existência da raça humana”. (TORRES HOMEM, 1978, p. 74-5).

Pois bem, no vale do Ohio a natureza era única, não havendo nenhuma especificidade climática em alguma das margens do rio capaz de provocar no homem as idéias e os costumes próprios ao modo de ser escravocrata. Ocorrera ali, no Estado do Kentuck, numa das margens do Ohio, uma decisão humana e arbitrária, determinada por dois outros sentimentos que também acossariam o homem, o “orgulho” e a “fraqueza” - a decisão pela instauração da escravidão.

O viajante que posto no meio do rio deixa-se levar da corrente até a embocadura no Mississipi, navega entre a liberdade e a servidão e por pouco que lance os olhos em derredor de si, ajuíza instantaneamente qual das duas coisas é a mais favorável à humanidade. No lado esquerdo divisa-se de quando em quando uma banda de escravos percorrendo com ar morno e descuidado terras quase desertas: a floresta primitiva reaparece a cada passo: dir-se-ia que a sociedade dorme: o homem parece engolfado na ociosidade e só a natureza oferece ali a imagem da atividade e da vida. Do lado direito pelo contrário levanta-se um confuso bulício, que proclama de longe a presença da indústria; ricas searas cobrem os campos; elegantes edifícios anunciam o gosto e desvelos do lavrador; de todas as partes a abastança se revela; o homem mostra-se contente; *ele trabalha*. (Apud Torres Homem, 1978, p. 55-6)

Tocqueville mobiliza aqui algumas idéias caras a Torres Homem, fundamentais à sua economia política e à sua filosofia da história. Ele destaca que sem motivo algum, ou seja, sem qualquer determinação que facilitasse ou dificultasse a assunção da escravidão, ou melhor, a partir do mesmo clima e das mesmas condições naturais, os homens decidiram por esta instituição, e esta sim passava a ser origem, determinação. Desde então, desde a escravidão, a própria sociedade é que ganhara outro aspecto e, com ela, a própria natureza ia se transformando, como já havíamos mencionado.

No lado escravocrata do Mississipi o ar deixa de ser “salubre”, e torna-se “morno”, o que significa dizer que algo mudara na própria atmosfera de parte de um mesmo âmbito, ela se torna monótona, enfadonha, desanimadora. Aqueles que por ali passam acabam sendo tomados, de alguma forma, por esta atmosfera, passam a sofrer de certa lassidão, de “descuido”, o âmbito que era único se divide graças à presença do escravo e, a partir de então, passa a influenciar decisivamente o trabalho humano. Aí, a partir da escravidão, a natureza muda, ganha tons e não o contrário, ou melhor, Torres Homem evidencia que não é a partir da natureza, necessariamente, que a escravidão encontra espaço, mas que

ela mesma é tão radical que, além de transformar os homens, transfigura a própria natureza. As terras “descuidadas” vão se tornando desertas, ou seja, vai desaparecendo dali o homem e sua marca mais radical, o trabalho junto à natureza, à “floresta”, sua “inimiga” (Torres Homem, 1978, p. 54), elas vão tomado espaço e a sociedade se retrai e “dorme”. Em última instância, a natureza no Kentuck, estado escravista, vai ganhando do homem, impedindo-o de vir a ser aquilo mesmo que o determina enquanto tal, a saber, um trabalhador que vive de transformar a natureza, com equilíbrio e modéstia, e isto de acordo com suas necessidades mais fundamentais.

Os homens livres que restam são determinados pela “ociosidade”, o que significa que se tornam preguiçosos e não realizam, por fim, o que a história reclama - transformar a natureza com trabalho e equilíbrio, a partir da razão. A natureza vai ganhando espaço, deslocando os homens, fragilizando-os, e isto até destruí-los definitivamente. O que está em jogo aí é a própria filosofia da história de Torres Homem, a senha para a sobrevivência e para o progresso humanos, o que temos é algo assim: ou o homem se mobiliza e busca transformar a natureza através da razão, e isto com o objetivo de garantir certa autonomia e de alcançar um progresso material consistente, ou ele é esmagado pela natureza e sede lugar àqueles que, “industriosos”, concretizam o sentido mais fundamental da história; entre o Ohio e o Kentuck os mais atentos tinham a oportunidade de observar a própria história se realizando. Ali, no lado escravocrata, o viajante só vê natureza, uma natureza que se desdobra a partir da lógica da imprevisibilidade “e só a natureza oferece ali a imagem da atividade e da vida”.

Do outro lado, porém, do lado que adotara a mão-de-obra livre, a paisagem é outra, a natureza não é floresta - o que significa imprevisibilidade. Ela é campo, “seara”, espaço no interior do qual os homens em “bulício” encontram-se agricultando e pastorando. Campo significa cultura, ou melhor, a própria natureza transformada pelo homem numa espécie de estância mais ou menos domesticada, a partir da qual ele se realiza e produz progresso moral e material, e isto de forma consistente. Os campos são transformados em searas e a história, o sentido “indústria”, se concretiza. Ali a atmosfera é outra, é a da alegria, a do “contentamento”, e isto porque o homem vem a ser aquilo mesmo que o diferencia de tudo o mais que existe, a saber, um “trabalhador”, “ele trabalha”, ele transforma a natureza e vai conquistando autonomia e progresso moral e material,

“abastança”, ele se realiza, ou ainda, concretiza o que a história ou a sua própria existência cobram³⁵.

Enfim, os habitantes do Estado do Ohio, o lado não escravocrata, viveriam de forma adequada, de acordo com a natureza ou com a história, se preferirmos, “trabalhando”, sobrevivendo e progredindo, por um lado, e realizando-se, tornando-se satisfeitos e alegres por outro. As últimas palavras de Tocqueville citadas por Torres Homem anotam o exato oposto do que Madame de Staël escrevera e do que os proprietários de escravos afirmariam, a saber, que o clima e o solo favoráveis acabaram tornando os homens e mulheres do estado do Ohio ainda mais diligentes e ambiciosos.

‘O habitante de Ohio obrigado a viver à custa dos próprios esforços cifrou na posteridade material o fim principal da existência; e como o país que habita inesgotáveis recursos oferece à atividade e industrialismo, a sua paixão de adquirir riquezas ultrapassa as barreiras ordinárias da humana cobiça atormentado pelo desejo de adquirir fortuna, torna-se indiferentemente navegante, manufatureiro, lavrador, suportando com uniforme constância o afã destas diferentes ocupações. O Americano de Kentuck não só aborrece o trabalho, mas ainda as empresas, cujo sucesso do trabalho depende; e só ama com paixão a caça, a guerra, os jogos violentos (...) Se quiséssemos dar mor extensão a este paralelo, facilmente provaríamos, que a grande diferença entre o Sul e o Norte da União tira exclusivamente origem da escravidão’. (Tocqueville, In: Torres Homem, 1978, p. 56-7)

3.5.2.

Trabalho e economia no Norte e no Sul dos Estados Unidos

Torres Homem insiste em seu estudo dos Estados Unidos. Ele pretende, a partir daqui, desfazer o que considera uma falácia, um engano, a compreensão de que os estados do Sul dos Estados Unidos eram ricos porque economizavam capital a custa do trabalho gratuito do escravo. Em realidade, anota que os estados

³⁵ E aqui podemos voltar ao início do capítulo, no qual acompanhamos a crítica de Torres Homem à filosofia grega, especialmente a Aristóteles, critica que podemos compreender ainda melhor. Se para Aristóteles e para a filosofia grega em geral, a marca distintiva do homem era pensar, pensar para alcançar a felicidade, por exemplo, para Torres Homem, o princípio de determinação do homem é o labor, o trabalho compreendido como transformação da natureza em produtos capazes de fornecer ao homem a autonomia necessária ao seu asseguramento, ao progresso moral e material consistente. O que está em jogo aqui é a própria insistência no único caminho possível ao homem para sobreviver e progredir - explorar a natureza com astúcia e comedimento. Ainda segundo Torres Homem: “A indústria fez sua aparição no mundo no dia e na hora em que o homem sentiu a primeira precisão, como elemento condicional de sua existência, a qual ele só poderia manter pondo-se a braços com a natureza externa”. (TORRES HOMEM, 1978, p. 60)

do Sul não eram ricos propriamente, e isto porque já experimentavam uma decadência ulterior a um determinado momento de riqueza, e também porque a economia recolhida junto ao trabalho gratuito não superava os gastos que o proprietário e a sociedade acabavam contraindo. Como podemos ler:

Levando sobre os do Norte a vantagem do trabalho gratuito do obreiro, parece ao primeiro intuito que mais baratos deveriam ser os seus produtos e maior a criação de riquezas. Entretanto o contrário acontece. Os Estados servidos por trabalhadores livres avultam a olhos vistos em prosperidade; os que consomem o serviço gratuito do escravo oferecem o espetáculo inverso, e isto contra a ordem aparente dos princípios. Jaz a agricultura do Sul no maior atraso; o uso da charrua é desconhecido da pluralidade dos Estados; a deterioração das terras pelos péssimos processos agronômicos é um fato atestado pelos viajantes, que estudaram aquelas regiões. (Torres Homem, 1978, p. 57)

O autor trata de desfazer algumas conclusões tradicionais acerca da escravidão, a primeira delas é a de que a escravidão seria benéfica a um “povo” já que ela permitiria uma economia significativa porque não fazia acumular gastos com o pagamento de salários a seus “obreiros”. Torres Homem anota que esta é uma conclusão falsa, e isto porque essa mesma economia seria irrelevante em relação a alguns outros prejuízos mais significativos. Segundo Torres Homem, a escravidão necessitaria de altos investimentos no ato da compra da mão-de-obra. Esse investimento descapitalizaria os proprietários, tomando a eles os “fundos acumulados”. Já no Norte, os “obreiros” seriam pagos por jornada e os “fundos acumulados” permaneceriam razoáveis, disponíveis a investimentos graduais na construção de “estradas”, de “canais”, em inovações técnicas e na atualização do maquinário, investimentos que aumentariam a produtividade e o lucro do produtor e, por conseguinte, a “pública prosperidade”, e isto em curto e médio prazo³⁶. Em última instância, a economia escravocrata trabalharia sobre o que o autor chama de *capital fixo*, o que significa dizer que todo fundo acumulado era investido uma única vez, inviabilizando a manutenção de reservas para aqueles investimentos graduais ou mesmo para situações extraordinárias.

O autor afirma que era “assombrosa” a taxa de mortalidade dos escravos africanos, de 6% a 7% ao ano, o que aturdia o proprietário, e isto porque ele não

³⁶ Segundo Torres Homem: “É de observação que uma estrada, um canal fazem medrar a população: simples é a explicação d'este fato: o canal e a estrada diminuindo consideravelmente as despesas do transporte baixam os preços dos produtos, os põem ao alcance de maior número de consumidores, estimulam a produção, aumentam a pública abastança (...).” (TORRES HOMEM, 1978, p. 72)

contaria com “fundos acumulados” (capital de giro) para comprar novos “obreiros”. Ademais, os proprietários pagavam um seguro de vida pelo escravo, seguro que era “assaz alto” justo em função da alta taxa de mortalidade. E mais, os gastos com as vestimentas, alimentação e “cura das moléstias” eram significativos. O proprietário contraia prejuízos quando o escravo se adoentava, o que não acontecia raramente afirma Torres Homem, além de também ter perdas em sua produção em função do envelhecimento de parte de sua mão-de-obra, e cita - “Nada há aqui tão freqüente (diz M. de La Rochefoucault, falando de Maryland) como ver-se um proprietário de 50 escravos não poder empregar 30 nos trabalhos da plantação. 10 obreiros livres fariam pelo menos um trabalho igual” (Apud Torres Homem, 1978, p. 67)³⁷.

Há ainda outros inconvenientes a toda economia escravocrata, como a baixa taxa de natalidade em relação aos estados que adotaram a mão-de-obra livre. Acompanhemos alguns dados oferecidos pelo autor:

Em 1790 possuía o Kentuck mais de 61 mil habitantes; Ohio ainda não existia; foi fundado doze anos mais tarde que o Estado de Kentuck. Em 1830 era a população deste último de 522,704 habitantes, entretanto que na mesma época possuía Ohio 937,903, sobrepujando por consequência a Kentuck em 415,199 habitantes. (Torres Homem, 1978, p. 68)

Como podemos acompanhar, em 1790 o Kentuck, Estado escravista, possuía 61 mil habitantes e 40 anos depois sua população somava 522,704 habitantes. Já o Ohio, fundado 12 anos após o Kentuck, possuía à mesma época, em 1830, quase que o dobro da população de seu vizinho, aproximadamente 937,903 mil habitantes. A mesma comparação pode ser feita entre a Virgínia e

³⁷ A argumentação de José Bonifácio contra o tráfico negreiro e a favor da abolição gradual da escravidão no Império do Brasil, escrita mais de uma década antes das *Considerações* de Torres Homem, afirmava algo semelhante, e isto a despeito de Bonifácio não ser citado, uma única vez, em todo o artigo do redator da *Niterói*, senão acompanhemos: “Com efeito, imensos cabedais saem anualmente deste Império para a África, e imensos cabedais se amortizam dentro deste vasto país pela compra de escravos que morrem, adoecem e se inutilizam e demais pouco trabalham. Que luxo inútil de escravatura também nos apresentam nossas vilas e cidades que, sem ele, poderiam limitar-se a poucos e necessários criados?” (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 65). E ainda: “A lavoura do Brasil feita por escravos boçais e preguiçosos não dá os lucros com que homens ignorantes e fantásticos se iludem. Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que devem trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos e quilombos, claro fica que o lucro da sua lavoura deve ser mui pequeno no Brasil, ainda apesar da prodigiosa fertilidade de suas terras, como mostra a experiência”. (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 67)

Nova York. A primeira contava, em 1790, com uma população de 454,183 mil habitantes, enquanto Nova York possuía 318,796 mil. Já em 1830, os números são bem diferentes, a Virgínia contava 741,654 mil habitantes e Nova York possuía 1,918,534 habitantes. No caso da Virginia, o prejuízo era imediato, pois ela passaria a ter menos representantes no Congresso Federal, e isto porque se em 1790 a Virgínia fornecia 19 representantes e Nova York apenas 10, em 1830 a primeira fornecera 21 representantes e Nova York 40, como afirma “tal atraso no aumento dos habitantes desfalca de dia em dia aquela antiga preponderância de Virgínia sobre a Federação, que lhe acararea a glória de ter fornecido a República de quatro Presidentes” (Torres Homem, 1978, p. 68).

Acompanhamos a argumentação de Torres Homem e podemos perceber uma inversão fundamental à história dos Estados Unidos, a saber, a perda da hegemonia política por parte do Sul, em especial por parte do estado da Virginia e, por outro lado, a conquista da preponderância política do Norte, representado, aqui, pelo estado de Nova York. O que podemos depreender é que esta inversão política seria efeito da adoção da escravidão nos Estados do Sul, que além de ir se tornando economicamente mais frágil, ia sofrendo a perda imediata da representação política em nível nacional, e isto porque sua população ia se tornando muito menor do que a dos estados do Norte. Mas qual seria a causa mesma, no interior do escravismo, da “diminuição da população” do Sul? “Para sua solução, esta questão há mister que remontemos às leis gerais que regem o aumento e a diminuição da população”. (Torres Homem, 1978, p. 69)

Segundo Torres Homem, seria natural à “raça humana” reproduzir-se “prodigiosamente”, tendência que era dificultada por algumas condições contingentes, pois:

A raça humana encerra em si grande tendência à reprodução e uma prodigiosa força plástica. Metendo em linha de conta os casos de celibato, viuagem, esterilidade, morte de fetos e outros acidentes, tem-se calculado (termo médio) seis filhos para cada família, como uma possibilidade incontestável e um dado inegável, podendo-se por isso afirmar que se por ventura as circunstâncias exteriores marchassem em harmonia com as disposições físicas do homem, em curto trato de tempo se multiplicaria a população de cada país em 10, 15, 21, ou 25 anos, pouco importa. (Torres Homem, 1978, p. 69)

Todavia, cabe insistirmos em nossa pergunta, quais são as causas, ou se quisermos as “resistências exteriores” que dificultariam a natural fertilidade da

espécie humana no interior das culturas escravocratas? O autor afirma que são os “limites dos meios de subsistência”. Ou seja, as sociedades escravocratas não seriam capazes de produzir todas as “precisões” necessárias a um aumento populacional significativo. Ou ainda e como já podemos acompanhar, as sociedades escravocratas seriam incapazes de conquistar um crescimento produtivo e econômico duradouro e equilibrado, fator fundamental à própria decisão de procriar³⁸.

O que está em questão aqui é a “verificação” de que as sociedades escravocratas resistem àquilo que seria natural e fundamental à sobrevivência e ao progresso, a saber, “reproduzir-se prodigiosamente”. Ainda em outras palavras, o autor evidencia que essas sociedades são antinaturais e, ainda uma vez mais, que elas são fadadas à decadência. Em linhas gerais, as sociedades escravocratas obedeceriam a uma lógica interna de encolhimento populacional, o que reduziria a quantidade de braços capazes de produzir riquezas. Mais pessoas morreriam do que nasceriam, numa constante que rapidamente atingiria a produção e corroboraria, assim, à tendência de desaceleração do crescimento populacional. Enfim, a sociedade escravocrata seria eficiente o bastante para causar sua própria aniquilação, e isto porque perdia, todos os anos, grande quantidade de mão-de-obra escrava e ia se tornando incapaz de substituí-la quer por mais escravos, o que era muito oneroso, quer pelo emprego de mão-de-obra livre e assalariada, uma vez

³⁸ Vale anotar a crítica que Torres Homem faz à teoria malthusiana, afirmando que ela não passa de um “brinco da imaginação”. Segundo o autor, a quantidade de habitantes só aumentaria no interior de uma sociedade que já tivesse condições de sustentar essa nova população, excedente esse que se poria a trabalhar e a produzir ainda mais do que o suficiente, estimulando, assim, a própria tendência humana à multiplicação da espécie. Ver TORRES HOMEM, 1978, p. 70-1. Em relação ao problema do decréscimo populacional necessário a todas as sociedades escravocratas, Burlamaque, defensor da abolição gradual da escravatura e próximo a Torres Homem quer em relação às suas leituras, quer em relação aos seus argumentos, tem uma opinião um tanto distinta, acompanhemos: “Nos estados em que a escravidão doméstica não é admitida, o temor de cair em miséria excessiva é um obstáculo ao crescimento da população em desproporção com os meios de existência. A maior parte dos criados de servir e mesmo a maior parte dos obreiros condenam-se voluntariamente ao celibato, porque não teriam meios de sustentar uma família. Mas quando estes obreiros e domésticos são propriedades dos senhores e não temem que os despeçam se têm filhos, a seus senhores competem as despesas da criação, a sua sustentação e a de suas famílias (...).” (BURLAMAQUE, 1988, p. 160) O que nos parece interessante ressaltar a partir desta discordância é que ambos os argumentos são utilizados a favor de um mesmo objetivo, o de comprovar os prejuízos provocados pela escravidão. Segundo Torres Homem, a diminuição da população, necessária a todas as sociedades escravocratas, afetaria diretamente a “indústria”, prejudicando-a no que se refere à falta de braços para a agricultura, para o comércio e para a manufatura. Para Burlamaque, a sociedade escravocrata estimularia as taxas de natalidade, o que seria prejudicial à economia porque aumentaria os gastos dos proprietários com os filhos de seus escravos, inviabilizando, assim, investimentos significativos na produção.

que não havia população suficiente. No entanto, Torres Homem adverte que o crescimento produtivo e econômico duradouro e consistente não era o único fator que provocaria a confiança necessária à procriação e ao aumento demográfico, junto a isto seria necessário uma espécie de distribuição de renda, fator que o autor anota em itálico, senão vejamos:

Quanto maior for a abundância da prosperidade material, e melhor regulada *a sua distribuição*, tanto maior será o desenvolvimento numérico da população: o fim se proporcionará exatamente aos meios. (Torres Homem, 1978, p. 72)

A hipótese de Torres Homem é a de que não basta que um “povo” desenvolva sua “indústria” e com isso alcance êxitos consideráveis em seu setor produtivo para que pudesse estimular o crescimento da taxa de natalidade e conquistar, então, um progresso material duradouro, sendo fundamental, sim, que todos trabalhassem e conquistassem, por conseguinte, sua própria riqueza. Todos os indivíduos numa sociedade deveriam trabalhar, é isto mesmo que garantiria, para o autor, uma “distribuição” natural da riqueza, sem que o Estado precisasse intervir. Aí sim, numa sociedade na qual todos compartilhassem, em alguma medida, do progresso material, a economia conquistaria um crescimento estrutural e se instalaria uma atmosfera de satisfação capaz de estimular os homens e mulheres a constituírem famílias, o que provocaria, por conseguinte, o aumento demográfico.

Mas entre o rigoroso necessário para viver e o necessário para viver comodamente e manter uma família, medeia amplo intervalo ocupado por uma numerosa classe social, a quem a previdência e a moralidade impõem a necessidade de coação: oscilando entre as tendências naturais e as previsões racionais, mas compreendendo ao mesmo tempo as condições do casamento, ela acaba por resignar-se ao celibato. Em um país onde a produção anda restringida a estreitas dimensões, onde não são fáceis os meios de vida, o número de indivíduos condenados a renunciar aos prazeres do casamento e a mostrar-se avaros de filhos é incomparavelmente maior do que n'aquele outro país, que por sua indústria e riqueza distribui a cada habitante um mais largo quinhão de prosperidade. (Torres Homem, 1978, p. 73)

De acordo com a análise de Torres Homem, a escravidão e o modo de ser escravocrata acabavam instaurando uma série de limites ao progresso moral e material, limites que determinariam, de maneira necessária, a decadência social, e isto mesmo que em certa altura determinado “povo” se encontrasse sinceramente

arrependido de tê-la adotado. Além do desgaste do solo, da falta de homens para as atividades produtivas, da mentalidade coletiva que compreendia tais atividades como impróprias, e mais, dos homens e mulheres serem despreparos para produzir e instaurar inovações técnicas capazes de incrementar a produção, as culturas escravocratas seriam marcadas pela concentração das riquezas, o que geraria algumas consequências negativas à assunção de um progresso material duradouro e consistente, a saber: 1- não haveria estímulo para a procriação; 2- não haveria possibilidade de se conformar um mercado interno vigoroso e 3- os homens e mulheres pobres se revoltariam e causariam distúrbios e rebeliões. Em verdade, a riqueza que muitos propalaram em relação ao Sul dos Estados Unidos e mesmo em relação ao Império do Brasil, não passaria de um estado provisório e inconsistente.

Segundo Torres Homem, esse mesmo desleixo do proprietário sulista em relação ao incremento de técnicas e de maquinário adequados à lida com a natureza, tornara o Sul incapaz de concretizar algumas atividades fundamentais, incapaz, inclusive, de construir suas próprias habitações. Essas habitações eram construídas a partir da madeira, matéria prima abundante no Sul, no entanto, faltava aos seus escravos a técnica e o maquinário necessários à sua extração, ao seu transporte e, por fim, à própria construção. Ao fim, o Sul importava ao Norte seus “obreiros” qualificados, e com isso despendia valores significativos que iam enriquecer o mercado interno dos Estados “industriosos”, e isto quando não importavam a própria madeira ou ainda as casas prontas. E os trabalhadores do Norte ainda cobravam alto por sua jornada, pois além do trabalho e do deslocamento, tinham de suportar o preconceito que sofriam em função de se dedicar às “artes mecânicas”.

As florestas são mais numerosas, mais vastas e densas no Sul, que no Norte; as madeiras de construção deveriam pelo tanto ser um artigo mais comum na primeira do que na segunda parte (...) Pois bem; é precisamente o oposto. Ora o Sul por falta de indústria em vez de abrir canais e estradas no interior de suas regiões, dá aos capitais um outro destino, e por isso não nos devemos maravilhar se do Norte importa ele aquilo mesmo que em suas florestas superabunda. E como não possa, diz M. Michaux, importar de New-York e de Filadélfia casas já feitas e prontas, manda vir destes Estados com grande dispêndio os obreiros livres, de que há mister, visto que a escravatura é incapaz do exercício das artes mecânicas. Aos obreiros livres são os habitantes obrigados a pagar não só o dia do trabalho, como também um prêmio de indenização pelo desprezo a que se resignam, trabalhando na terra dos escravos e demais disso as custas da ida e

volta, pois que uma vez a obra ultimada os obreiros dão-se pressa a abandonar o Sul, para volver às regiões não funestas à indústria. (Torres Homem, 1978, p. 58-59)

Outro problema enfrentado pelos estados do Sul era o da alimentação, senão vejamos:

As substâncias alimentares são no sul demasiadamente caras em relação ao Norte, onde a cultura tem feito infinitamente mais progressos. As terras do primeiro tem menos valor que as do segundo; a diferença é quase de metade. Bem simples são as razões desse fato. Primeiramente, duas circunstâncias limitam a extensão de todo o mercado; de um lado a quantidade de consumidores dos produtos, de outro lado a soma dos meios para pagá-los. O total dos produtos, que o trabalho cria anualmente e traz ao mercado de uma sociedade deve ser comprado com a renda coletiva dessa sociedade, de modo que quando a renda é limitada a massa total do produto social não pode aumentar. (Torres Homem, 1978, p. 59)

Vamos acompanhando os problemas provocados no Sul pela escravidão, ou melhor, em qualquer economia escravocrata, inclusive no Império do Brasil, segundo Torres Homem. Além de não serem capazes de construir suas próprias casas, de extrair a madeira necessária a tal empreitada e de terem de contratar, a altos custos, “obreiros” do Norte, os escravos e os proprietários do Sul iam testemunhando, por conseguinte, uma redução paulatina e significativa na própria produção de “substâncias alimentares” fundamentais à sua dieta, o que causava, necessariamente, carestia e inflação. No sul, os escravos iam enfrentando a natureza de forma imediata, o que os precipitava em derrotas recorrentes e necessárias e mais, eles acabavam destruindo o solo em função da repetição de técnicas inadequadas. Segundo Torres Homem, o Sul ia somando graves problemas, isto é, além da redução da produção e do estiolamento do solo, seus Estados não contavam com um mercado interno vigoroso, o que redundava na falta de demanda e na conseqüente diminuição da produção. Em verdade, o processo de “pauperismo”, provocado, inicialmente, pela concentração das riquezas e pela diminuição, necessária, da produção, ia provocando carestia e reduzindo a capacidade de compra do já acanhado mercado interno, o que reduzia, por sua vez, ainda mais, a produção, e, por conseguinte, o lucro, causando inflação.

Torres Homem afirma que a “renda coletiva” no Sul tornara-se incapaz de consumir os produtos que o trabalho criava anualmente, o que impediria,

necessariamente, o aumento da “massa total do produto social”. Ou seja, por mais que, em determinadas conjunturas, o Sul contasse com uma mão-de-obra escrava numerosa e com um índice produtivo significativo, não havia mercado consumidor capaz de absorver boa parte do que era produzido, fator que causava, necessariamente, uma crise na produção e o aumento constante no preço dos produtos agrícolas, o que significa inflação. Ao fim, toda a riqueza que já era cada vez menor acabava nas mãos de alguns poucos proprietários e, cada vez mais, nas mãos de banqueiros internacionais, graças à necessidade de contrair grandes somas de capital para a compra de escravos, de modo que no Sul a “renda coletiva” era limitadíssima, ou seja, a riqueza produzida estava concentrada nas mãos de poucos. A “massa total do produto social”, o que significa o total da produção de riquezas distribuídas entre os indivíduos capazes de provocar “permutas” e de, por conseguinte, animar a produção agrícola, não poderia aumentar no interior de uma sociedade escravocrata, e isto em função de quatro motivos radicais, a saber: 1- os próprios escravos, 55% da população no Sul, não recebiam salários que os possibilitasse comprar produtos agrícolas, sobrevivendo a partir de um mínimo fornecido pelos senhores; 2- boa parte da população livre não se dedicava à produção de riquezas, ou ainda, à agricultura e à pecuária, ao comércio e à manufatura, porque consideravam tais atividades indignas, tornando-se funcionários públicos; 3- os funcionários públicos recebiam seus salários do Estado, e este, por conseguinte, colhia suas riquezas junto aos proprietários de terra, aos comerciantes e aos manufatureiros, através de impostos cada vez maiores e 4- os funcionários públicos imobilizavam parte considerável de seus ganhos na aquisição de produtos de luxo e em atividades consideradas nobres como a “caça”. Acompanhemos a próxima citação:

Ora o Sul para o consumo dos seus produtos agrícolas não contem, como o Norte, uma população industrial, sendo a sua composta em grande parte de escravos; e como a escravatura produz por produzir sem realizar benefício algum do seu trabalho, como forma uma massa miserável de consumidores destituídos de toda a posse de produtos para efetuar permutações, como consome o rigoroso necessário unicamente para não desfalecer de fome, à semelhança de uma máquina, de uma espécie de *tread-mill*, que obra sem fim intencional e absorve a quantidade de óleo e outros socorros necessários à sua ação, porque a marcha se lhe não interrompa; daí resulta que o valor das terras e o proveito do serviço dos capitais empregados na sua exploração são menores no Sul que no Norte, onde a riqueza é distribuída por todas as classes, por todos os indivíduos em relação à sua capacidade produtora e à energia de seus esforços, e onde por consequência

mais abundam os produtos destinados a ser permutados pelos da indústria agrícola. (Torres Homem, 1978, p. 59-60)

O que está em jogo aqui é o principal da economia política de Torres Homem. Uma compreensão que apostava na necessidade de os produtores serem livres e proprietários de seus meios de produção, produzindo de acordo com suas próprias necessidades e potencialidades. Segundo o autor, cada indivíduo produtor além de alcançar a satisfação e a felicidade, criaria riqueza suficiente para realizar “permutas”, possibilitando, a um só tempo, a riqueza do todo e das partes, da sociedade e dos indivíduos. Ao fim, todos produziriam cada vez mais e forjariam um mercado consumidor interno vigoroso, condição *sine qua non* à constituição de um progresso moral e material duradouro e consistente. Segundo Torres Homem, o mais próprio ao homem seria a necessidade de ter de trabalhar, de produzir riquezas a partir da natureza, e isto através da agricultura e da pecuária, do comércio e da manufatura. Ao trabalhar, o homem se realizaria alcançando a alegria necessária à insistência em uma vida em origem árdua, justificando a incumbência divina e provocando, necessariamente, a realização de toda a sociedade³⁹.

O obreiro do Norte é seu próprio fim, tem uma personalidade, resultado de sua inteligência e moralidade; ele não produz por produzir, e porém sim para viver, para arredar a miséria de si e de sua família, para melhorar o seu destino, para gozar, para desenvolver-se, para representar o papel que nesta curta viagem do homem pelo globo a Providência marcou a cada indivíduo. (Torres Homem, 1978, p. 61)

³⁹ Aqui, Torres Homem dialoga, uma vez mais, com Tocqueville. Sobre a relação necessária e, a um só tempo, orientada pela razão humana, entre os interesses individuais e os interesses comuns, ver TOCQUEVILLE, 2000, p. 147 et. seq. Ver, ainda, JASMIN, 2000, p. 79 et. seq.

3.6.

A manufatura e a confirmação de tempos terríveis

Torres Homem dedica parte considerável de sua análise dos Estados Unidos à questão da atividade manufatureira, segundo o autor ela seria fundamental à conquista do progresso material duradouro e consistente e, a um só tempo, impossível a uma sociedade escravocrata, senão vejamos:

Quer na quantidade dos produtos, quer na sua qualidade; quer na indústria agrícola, quer na manufatureira o trabalho do obreiro livre é superior ao do escravo. Mas é mormente na produção manufatureira que um abismo de diferença separa o primeiro do segundo. São os produtos da agricultura em grande parte a obra da natureza, à qual mais ou menos faz o seu dever, por imperfeito que seja o processo do lavrador: os produtos das manufaturas sendo essencialmente devidos às várias espécies de transformações que à matéria primeira imprime o obreiro, são pelo contrário criação do homem, se é que nos é lícito usar semelhante metáfora, e requerem por consequência mais que tudo aquela inteligência, habilidade e zelo, de que é absolutamente incapaz o escravo Africano, não só pela desgraçada conformação de seu crânio como pelo embrutecimento e má vontade inseparável da condição servil, que o impedem de levantar-se acima de uma estúpida rotina e de aplicar à produção outro trabalho além do físico, maquinial, esclarecido apenas de um pálido reflexo de inteligência (Torres Homem, 1978, p. 62-3).

Torres Homem trata a manufatura como atividade fundamental ao progresso material duradouro de um “povo”, apresentando-a como uma instituição impossível de ser concretizada no interior de uma sociedade escravocrata, assim ele segue tecendo sua narrativa algo pessimista e desiludida em relação ao progresso das sociedades escravocratas em geral, entre elas o Império do Brasil. Segundo o autor, a agricultura e a pecuária sofreriam menos com a utilização da mão-de-obra escrava do que a manufatura, e isto porque o resultado dessas atividades ainda dependia, significativamente, da própria natureza e o Sul dos Estados Unidos, bem como o Império do Brasil, seriam privilegiados nesse sentido. A natureza, em algum grau, poderia suprir a falta de acuidade e do talento do escravo, propiciando, aqui e ali, ótimas colheitas, talvez também por isso o Sul dos Estados Unidos e o Império do Brasil, por exemplo, vivessem alguns bons momentos econômicos. No entanto, em relação à manufatura a situação era diversa. Esta atividade necessitaria de dedicação, boa-vontade e astúcia, ou nas palavras do autor – “inteligência”, “habilidade” e “zelo” - algo que os escravos e

os homens livres orientados pelo modo de ser escravocrata não possuíam⁴⁰. Por isso, o Sul dos Estados Unidos e o Império do Brasil estariam fadados à decadência, justo porque seriam radicalmente incapazes de participar daquilo que era mais próprio ao destino da história, a saber, a atividade manufatureira⁴¹.

⁴⁰ Torres Homem anota que os Estados Unidos dificultavam a “instrução” de seus escravos, e isto porque os negros eram considerados inferiores e porque criam que aprendendo a ler seriam mais dedicados a revoltas e rebeliões. Cabe ressaltar, ainda, que Torres Homem concordava que os negros, escravos, libertos ou ainda livres não deveriam receber a educação destinada aos brancos, sendo o mais correto cessar seu tráfico, a reprodução e, por fim, enviá-los à África, como podemos ler: “A estas causas da supina estupidez do escravo devemos ajuntar que o Sul da União Americana há vedado por leis violentas e severas a instrução de seus escravos. Singular situação, ainda que consequência lógica de um mau princípio! O estado de Carolina por uma lei promulgada em 1800 pune com 20 açoites o escravo encontrado em uma aula de instrução primária; e uma multa de 100 dólares 120:000 rs. é infligida por uma outra lei do mesmo estado ao mestre que ensinar a ler, a escrever o escravo. Em 1821 Virgínia adotou uma lei concebida no mesmo espírito e proibindo a reunião de escravos em uma escola, com o fim de aprender a ler e escrever, sob pena, em caso de violação da lei, de vinte açoites, pena pronunciada por um simples juiz de paz. A legislação da Carolina do Norte pune o mesmo crime com 29 açoites e condena o mestre, ou aquele, que vende Bíblias à escravos, a pagar a multa de 500 dólares, 600:000 rs. Em Geórgia a cifra da multa é idêntica, e idêntico o número de açoites com que se castiga o escravo”. (TORRES HOMEM, 1978, p. 63)

O autor também se utiliza do discurso médico, que se desenvolvia na década de 1830, argumentação que pretendia explicar os supostos maus costumes africanos como sendo provocados pela natureza “racial”. Além da argumentação de origem médica, temos também aquela que conferia à própria escravidão a “corrupção dos costumes”. O que nos importa, ao menos por agora, é precisar que a argumentação de Torres Homem acaba se forjando a partir das duas tendências, o que já era resultado do pessimismo do autor em relação ao futuro do Império, fazendo-o crer, diferente de homens como o bispo Azeredo Coutinho, de José Bonifácio, de Muniz Barreto e de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que a civilização não seria capaz de recuperar a “raça africana” determinada por todo o tipo de vícios e naturalmente despreparada para as coisas da inteligência. Para um estudo mais detido acerca desta discussão ver RODRIGUES, 2000, p. 38 et. seq.

Sobre sua compreensão acerca da inferioridade biológica da “raça” negra, vale ressaltar que Torres Homem estudara medicina junto a Gonçalves de Magalhães, e se formara no Colégio Médico-Cirúrgico da Santa Casa de Misericórdia, entre os anos 20 e 30 do século XIX, espaço no interior do qual esta temática ia ganhando legitimidade. E mais, estudara economia política junto a Magalhães na Sorbonne, ao longo de sua estadia em Paris, entre os anos de 1833 e 1836, o que o teria colocado em relação direta com a *physiologie sociale* dos *idéologues*, em especial com as reflexões de Cabanis, que compreendia, por sua vez, que a moralidade estaria diretamente ligada a determinadas características físicas, ou como escreve Rosanvallon: “Pour Cabanis, l’homme moral est indissociable de l’homme physique”. (ROSANVALLON, 1985, p. 22)

⁴¹ Sobre a atividade manufatureira, Maciel da Costa afirma que: “Primeiramente, querer separar a prosperidade da agricultura da indústria, no sistema atual das nações civilizadas, é um engano palpável. Uma grande nação puramente agrícola e por consequência escrava de outras mais avançadas no que toca à indústria é um ente imaginário, porque não pode haver sólida grandeza sem indústria e comércio. E por toda parte onde a agricultura não for apoiada e sustentada por uma indústria proporcionada e progressiva será sempre mesquinha e precária, e as nações que se derem exclusivamente a ela não avançarão nem em riqueza, nem em força, nem em civilização” (COSTA, 1988, p. 23). E ainda: E que outra coisa é a agricultura mesma, isto é, a que merece este nome, senão uma filha da indústria e civilização? Portanto, o meio sólido e eficaz de proteger a agricultura é proteger a indústria; não há que separar uma da outra. Quereis um país cultivado? Dai-lhe fábricas, que vale tanto como dizer daí consumidores numerosos (...) Pretender, pois, que uma nação principiante se ocupe ao princípio da agricultura exclusivamente e que se não divirta para a indústria senão quando o último canto do seu território se achar cultivado e a cultura levada à maior perfeição é correr após de uma quimera, é supor causa àquilo que não é senão efeito, é

Torres Homem afirma que os “escravos Africanos” mesmo que fossem libertos ou livres tornar-se-iam mão-de-obra inadequada à atividade manufatureira, e isto porque seriam pouco inteligentes por natureza e porque teriam se acostumado aos infortúnios pelos quais passavam, desenvolvendo um modo de ser ocioso. Ao fim, os negros teriam seus vícios intensificados no interior de uma sociedade escravocrata e tornar-se-iam ainda mais inábeis, estúpidos e descuidados do que já seriam em origem⁴². Para o autor, o escravo negro africano constituía uma “raça” miserável, quer porque seria descendente de Cam, logo amaldiçoada e mergulhada em todo tipo de vícios, quer porque teria se tornado “bruta” e “preguiçosa” em função da escravidão, ou ainda porque se tratava, ao fim, de uma “raça” física e moralmente inferior, determinada por uma “desgraçada conformação do seu crânio”. Em verdade, Torres Homem anota que o Sul dos Estados Unidos, bem como qualquer sociedade escravocrata moderna, sofria com o nascimento significativo de negros em seu solo, “raça” que reputava inferior e que, mesmo livre dos trabalhos forçados e castigos, dificultaria a superação do modo de ser escravocrata e a assunção do modo de ser “industriosos”. O autor pretendera, no fundo, a exportação dos negros africanos, entre escravos, libertos e livres para a África, e isto porque não acreditava ser possível a conformação de uma nação forte e capaz de conquistar progresso a partir do que Bonifácio chama de acomodação entre “elementos discordes e contrários”⁴³. O que está em jogo aqui, em verdade, é que através de sua

ignorar a marcha natural da riqueza e prosperidade das nações modernas. Isto são princípios elementares”. (COSTA, 1988, p. 24)

⁴² Ou ainda, segundo Torres Homem: “A escravatura é um instrumento ruinoso de produção: o obreiro livre produz incomparavelmente mais que o escravo: do mesmo modo que a liberdade do trabalhador favorece a potência da indústria e o desenvolvimento da riqueza, a servidão produz o resultado inverso (...) Ora o trabalhador do Sul não pertence a si mesmo, não leva nos trabalhos fim e intenção alguma, não tem diante de si futuro, nem dia d’amanhã; trabalhe muito ou pouco, ele sabe, que o proprietário tem obrigação de nutri-lo no seu próprio interesse, que a sua ração está medida como a do boi da charrua, qualquer que seja a extensão de seus esforços: não sendo por consequência influído por algum dos incentivos que empuxam o homem ao trabalho, abandona-se completamente ao pendor da inércia e da preguiça, torna-se uma máquina obstinada, uma máquina difícil a conduzir. Os golpes do azurrague são ineficazes meios para substituir os estimulantes naturais do trabalho: a experiência de todos os dias tem mostrado que o escravo acaba por habituar-se aos suplícios os mais duros”. (TORRES HOMEM, 1978, p. 60-1)

⁴³ José Bonifácio, distante da argumentação médica utilizada por Torres Homem, afirma que: “É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política (...)” (ANDRADA E SILVA, 1988, p. 64).

Muniz Barreto também argumentara a favor da necessidade de incorporação do negro civilizado, pois como podemos ler: “Sendo a honra um princípio geral de estímulo que se conhece em todo o

argumentação “racialista”, o autor divergia da compreensão de homens como José Bonifácio, Maciel da Costa, Burlamaque e Muniz Barreto que, ao fim, compreendiam que a imoralidade desenvolvida pelo negro era produzida pela escravidão, e que de acordo com o grau de civilização o negro poderia, sim, ocupar determinadas posições no interior da hierarquia social. Para Torres Homem, todos os negros, entre escravos, libertos e livres eram naturalmente incapazes de conquistar o progresso moral e material e, portanto, de constituir a nação brasileira⁴⁴. E como ainda podemos ler:

Além da escravatura, o Sul tem que precaver-se contra um outro mal, a presença dos numerosos negros libertos em seu território. A fim de varrer o solo desta ruim laia de população, uma sociedade de colonização fundou em 1820 na costa da Guiné ao 7º grau de latitude Norte, um estabelecimento com o nome de *Libéria*. No princípio de 1834 três mil negros continha a colônia, resultado este em verdade pouco satisfatório, quando se considera, que nos quatorze anos que decorrem desde a fundação da *Libéria*, nasceu nos Estados Unidos uma quantidade de escravos passante de 700 mil. A sociedade de colonização tem calculado o transporte de cada liberto em 38 dólares (reis 38400). Ora que grandíssimo dispêndio não é mister fazer, para eliminar a raça negra, quando os nascimentos enchem por um lado o que a colonização vasa fora pelo outro. (Torres Homem, 1978, p. 75)

Após sua argumentação “racialista” e religiosa, fundadas no princípio de que o negro seria inadequado, por natureza, ao trabalho manufatureiro e a composição da nação, ou melhor, a partir da sua argumentação pessimista em favor da compreensão de que as sociedades escravocratas decaem, necessariamente, Torres Homem escreve sobre a “divisão do trabalho”.

“mundo, não pode causar admiração que os pretos africanos gozem também deste atributo. Eles, sendo como são, robustos pela sua organização, muitos também se distinguem pela viveza da sua imaginação, mostrando assim que não são de diferente massa dos demais homens, mas sim de diferente cor” (BARRETO, 1988, p. 85).

⁴⁴ É importante sublinhar que a caracterização do negro como naturalmente imoral, fora utilizada nos debates parlamentares ao longo dos anos de 1830, e isto com o objetivo de estimular a imigração, a mecanização dos engenhos e, por fim, o seu envio para a África. Ver RODRIGUES, 2000, p. 31 et. seq.

Sobre a posição de Maciel da Costa, distante da de Torres Homem, podemos ler: “Há, em um império, desde a charrua até o trono, uma cadeia bem tecida de cidadãos de diferentes classes e condições, os quais, trabalhando, para assim dizer, cada um na sua esfera, concorrem insensivelmente e quase sem o saberem par ao bem geral” (COSTA, 1988, p. 20).

Burlamaque cita Volney para afirmar a igualdade entre os negros e os brancos, senão vejamos: “Meditemos que esta raça de homens negros, hoje nossa escrava e o objeto de nossos desprezos, é a mesma a quem devemos as artes, as ciências e até mesmo o uso da palavra. E quanto é triste imaginar que é entre povos que se dizem amigos da liberdade e da humanidade onde se tem sancionado a mais bárbara das escravidões e posto em problema se os homens negros têm uma inteligência da espécie dos brancos!”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 105)

De todos os elementos, sobre que repousa a economia das manufaturas, o mais importante, talvez, é a divisão do trabalho entre os obreiros, que concorrem à produção de um mesmo artigo. Ele economiza o tempo, que inevitavelmente perderia o obreiro, passando de uma à outra ocupação e servindo-se sucessivamente de instrumentos diferentes: aperfeiçoa e multiplica rapidamente os produtos, aplicando exclusivamente a inteligência do obreiro a uma operação simples, e dando-lhe aos órgãos, pela freqüente repetição dos mesmos atos, uma celeridade e destreza, a que nunca chegaria aquele que a um tempo executasse trabalhos de gênero diverso e variado. Ora incompatível é com a escravatura a divisão do trabalho. (Torres Homem, 1978, p. 64)

Torres Homem afirma que a “divisão do trabalho” é o princípio mesmo da atividade manufatureira e que esse princípio seria “incompatível com a escravatura”. Segundo o autor, a divisão do trabalho é a medida perfeita que faz reparar a impossibilidade perfeita de uma sociedade escravocrata adaptar-se à lógica manufatureira e, por conseguinte, de progredir. A divisão do trabalho significa, *grosso modo*, uma simplificação radical do processo de produção, uma especialização de tal ordem que cada homem se aliena no interior de uma mesma atividade durante as muitas horas de um dia e os muitos anos de sua vida. Ela divide os trabalhadores de uma “fábrica” em micro-atividades, fazendo aparecer, por exemplo, algo como o especialista em aparafusar. Por que então, mais exatamente, a divisão do trabalho seria impossível em uma sociedade escravocrata? Justo porque toda esta simplicidade repousaria, segundo o autor, numa espécie de “boa-vontade” e acuidade impossíveis ao escravo e aos cidadãos livres, a um só tempo. Em outras palavras, seria necessário ao escravo e aos cidadãos em geral sentimentos como os de entusiasmo e atenção, disposições orientadas pelo desejo de poupar tempo e de produzir cada vez mais, desejo que faltaria quer ao escravo, que teria se acomodado no interior de uma vida de sacrifícios físicos e castigos e aprendido a produzir o estritamente necessário, quer ao homem livre, acostumado, por sua vez, ao ócio e ao horror pela “indústria”. A divisão do trabalho...

(...) pressupõe no obreiro boa vontade e desejo de dilatar a sua capacidade produtora, desejo que jamais assoma o espírito do escravo. Ainda que milhões de vezes repita a mesma operação, a última vez assemelhar-se-á à primeira na falta de agilidade e imperfeição da coisa produzida, observação esta que induziu M. Charles Comte a avançar que todos os escravos dos Estados Unidos reunidos de concerto aos das colônias Européias não poderiam jamais fabricar um bom alfinete. (Torres Homem, 1978, p. 64)

Segundo Torres Homem, e isto junto a Charles Comte, nem os escravos dos Estados Unidos nem os do Império do Brasil (das antigas “colônias Européias”), seriam capazes de adaptar-se à atividade manufatureira, à divisão do trabalho se preferirmos, e isto porque faltava-lhes “cobiça”. Em última instância, tanto o Sul dos Estados Unidos quanto o Império do Brasil estariam fadados à decadência, e isto porque não poderiam se colocar em sintonia com o destino da humanidade, com o sentido da história. Trata-se, em verdade, de sociedades que teriam perdido o tempo certo para abolir a escravidão, para superar o modo de ser escravocrata e para desenvolver a “indústria”. E, como já acompanhamos, “a história diz, que as grandes reformas se hão feito no mundo, não só a despeito, mas à custa dos que para elas se não achavam preparados” (Torres Homem, 1978, p. 39).

3.7.

O Império do Brasil e seu quixotismo

Os fatos citados sobejam, a nosso ver, para comprovar o asserto estabelecido no princípio deste artigo; e aos partidistas do trabalho servil dirigimos um desafio solene, para que nos mostrem um só povo possuidor de escravos que pudesse medrar na indústria e nas artes úteis. Aquele acerto recebe nova confirmação do que infelizmente no Brasil observamos. (Torres Homem, 1978, p. 78)

No final do texto, em suas últimas cinco páginas, Torres Homem volta a tratar do Império do Brasil. Aliás, todo o trabalho do autor em descrever diferentes culturas escravocratas, entre elas a de Roma, a do Egito, a dos Estados do Sul dos Estados Unidos, a do Cabo da Boa Esperança, a de Cuba e a de Caracas, tem um mesmo ponto de determinação e mais, possui uma mesma meta, nasce do descontentamento de Torres Homem com a sua própria realidade, com a manutenção do tráfico negreiro e da escravidão no Império do Brasil, e pretende denunciar o pouquíssimo tempo com o qual ainda se poderia contar para que fosse possível salvar o Império da decadência. O autor discute com aqueles que eram favoráveis à manutenção da escravidão, com o objetivo de evidenciar que apesar de uma ou outra especificidade, todas as sociedades escravocratas seriam marcadas pelas mesmas determinações fundamentais, entre as principais contam-se a desventura da produção agrícola, da pecuária e do comércio, o preconceito em relação à “indústria”, a disseminação do “ócio” e da “preguiça”, a inexistência de homens “inteligentes”, a impossibilidade da instauração da atividade manufatureira, a derrota do homem em relação à natureza, a concentração de riquezas e a impossibilidade de instauração de um mercado consumidor interno vigoroso, a queda demográfica acentuada, a possibilidade permanente de levantes, e, por fim, a decadência. Torres Homem é orientado por uma filosofia da história que comprehende a história da humanidade como sendo o progresso da “indústria”, sendo a escravidão detentora dos motivos ideais à decadência de quaisquer sociedades, e isto a despeito da vontade e das ações humanas⁴⁵. E assim volta ao Brasil sem nunca tê-lo abandonado.

⁴⁵ A argumentação de Torres Homem é orientada, como já vimos, por uma filosofia da história definida, e toda sua argumentação é fundada na concretização necessária do sentido universal e atemporal - “indústria”, o que significa o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da manufatura fundadas no trabalho livre e na mecanização. No entanto, o argumento daqueles que defendiam a escravidão desde um Azeredo Coutinho, passando por Muniz Barreto, por Bernardo

Torres Homem assinala que seu exercício descriptivo poderia ser até dispensado se os homens e mulheres da *boa sociedade* reparassem com atenção em seu entorno, mas “infelizmente” eles seguiriam desatentos, “orgulhosos” e “fracos”. Ainda nos encontramos junto a um autor pessimista, desconfiado e até desesperado, e isto porque sua compreensão teleológica insistia em apontar para a decadência necessária daquilo que considerava ser sua “pátria”. Segundo o autor, o Brasil dera “largos passos” em sua organização política, seus homens mais destacados teriam sabido estudar e aplicar com zelo as idéias e costumes europeus, e isto sem ter de enfrentar batalhas tão duras quanto as que testemunhara o velho continente, no entanto, segue perguntando qual seria a razão de o Brasil ter, por um lado, conquistado avanços políticos razoáveis no sentido de concretizar as idéias e os costumes liberais, e, por outro lado, sofrer de atrasos significativos na “indústria”, ou ainda, nas coisas da agricultura e da pecuária, do

Pereira de Vasconcelos, até José de Alencar, seria fundado numa premissa distinta da de Torres Homem, a saber, eles argumentam a partir da compreensão de que cada sociedade deve adotar as instituições mais adequadas às suas necessidades e determinações específicas, e isto a despeito de qualquer sentido fundamental.

De acordo com José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho: “A necessidade da existência do homem que no estado das sociedades estabeleceu a justiça do direito da propriedade, foi também a mesma que no estado da sociedade estabeleceu a justiça do direito da escravidão. (...) O comércio da venda dos escravos é uma lei ditada pelas circunstâncias às nações bárbaras para o seu maior bem, ou para o seu menor mal”. (Apud CARVALHO, 1998, p. 45)

Muniz Barreto afirma que: “É verdade que, possuindo os portugueses, até o fim do século XVII, o comércio quase exclusivo da América, se nesse tempo cuidássemos em aumentar a população, tanto em Portugal como no Brasil, sendo como éramos então senhores de uma Marinha respeitável, tanto mercantil como de guerra, teríamos com isso sobejos braços que fariam diminuir progressivamente a necessidade absoluta da escravatura até que de todo a pudéssemos dispensar (...)” E continua, acusando a Inglaterra de não respeitar os “costumes” e as “necessidades” próprias ao Brasil, ou ainda, a “necessidade” de continuar com o tráfico negreiro e com a escravidão mesmo que esta instituição não fosse ideal, senão vejamos: “Portugal, porém, unido ao reino do Brasil, não se acha, contudo, em estado de submeter a sua dignidade nacional a nenhum regime arbitrário e estrangeiro. Tem ainda sobejos recursos sobre a sua situação e sorte futura, ainda mais naquilo que se acha em contradição com a sua Constituição e com as providentes leis sobre os seus costumes, economia e política interior. E, suposto que aquela repentina mudança nos seja inteiramente nociva, ainda mais pela falta de substituição de braços, é, contudo, tempo de tomar atitudes que evitem o mal, que saiam ao encontro a um irregular impulso e façam esparzir a tempestade” (BARRETO, 1988, p. 84). Ou ainda: “Menos pretendo com aqueles exemplos autorizar a escravidão contra o direito positivo, mas lutarei sempre na porfia de que as nações têm um sistema, para assim dizer, parcial do total sistema da sociedade em geral, por consequência também têm relações particulares de seus interesses, que se lhes não podem disputar e que fazem lícita a sua legislação e as providências de sua particular administração e da sua política interna (...)”. (Ibid., p. 88)

Sobre a argumentação de Alencar a favor da escravidão, José Murilo de Carvalho afirma que: “Ao responder, José de Alencar parte da mesma argumentação de D. José, embora sem o citar expressamente: a escravidão foi e é um fato social, faz parte das instituições dos povos e não pode ser revogada pela arrogância das teorias. E vai mais longe: a escravidão representou passo importante na construção da civilização. ‘O primeiro capital do homem foi o próprio homem’”. (CARVALHO, 1998, p. 53)

comércio, para não mencionar a atividade manufatureira, impossível a esta sociedade?

Qual é a razão por que o Brasil, que tão largos passos há progredido na carreira da vida política, é ao mesmo tempo um dos países mais atrasados na indústria? Por que tanta diferença entre o Brasil político e o Brasil industrial? Favorecido no seu desenvolvimento político pelas mais favoráveis circunstâncias, herdeiro dos frutos elaborados na longa civilização da Europa e da sua experiência tão caramente adquirida, sem ter que lutar com as resistências do passado, amparado pelas florestas de um lado e pelo Atlântico do outro contra a ambição estrangeira, o gênio do Brasil tem realizado em um pequeno número de anos aquilo que a velha Europa custou largos séculos de dolorosas tentativas. (Torres Homem, 1978, p. 78-9)

Algo retardara o desenvolvimento “industrial” do Império do Brasil, o que significa dizer que algo não permitira que ele conquistasse um progresso econômico duradouro forçando-o a experimentar, constantemente, crises produtivas e econômicas significativas. Algum motivo faria dos avanços políticos alcançados um mero detalhe, podemos dizer, uma espécie de conquista sofisticada e, no entanto, insuficiente à concretização de um progresso moral e material efetivos.

O seu desenvolvimento industrial porém foi retardado pelo monstruoso corpo estranho implantado no coração de sua organização social. A posse de escravos nos tem evidentemente impedido de trilhar a carreira da indústria. Vede as consequências da escravatura! (Torres Homem, 1978, p. 79)

O Império do Brasil seguia orientado pelas mesmas determinações que o Império Romano, que os estados do Sul dos Estados Unidos e as demais culturas escravocratas. Seus homens tratavam as atividades “industriosas” como indignas e dedicavam-se aos empregos públicos com o fim último de manipular os demais, e isto tendo como medida a realização de suas inclinações, além de dedicarem suas riquezas a atividades improdutivas, ao luxo. Como podemos ler:

A sede dos públicos empregos e a esquivança para as profissões industriais são fatos mui gerais entre nós e que amiudadas vezes hão sido assinalados pela administração, como uma grave enfermidade do corpo político. O negociante, que pelas economias feitas sobre os benefícios realizados no seu comércio acumulou um certo cabedal, nenhum outro destino dá na generalidade dos casos aos seus filhos a não ser a carreira dos cargos do Estado. Os filhos uma vez empregados públicos consomem improdutivamente riquezas, que empregadas sob a forma de capitais no engrandecimento do comércio de capitais no

engrandecimento do comércio paterno, lhes procurariam posição mais útil a si, e à prosperidade material do país. (Torres Homem, 1978, p. 79)

Segundo Torres Homem, os homens se dedicavam aos “cargos do Estado”, e isto porque eles teriam contraído uma espécie de costume de governar os outros, orientados pelas requisições oferecidas pelas suas inclinações e apetites. A própria escravidão tratava de instaurar a compreensão de que as atividades “industriais” eram indignas, “pré-conceito” corroborado pelos próprios senhores de escravos e pelos comerciantes, que enviavam os seus filhos para estudar na Europa de onde voltavam sabidos das coisas da política, da administração e dos costumes “aristocráticos”, que os afastara da terra e do comércio e os fazia procurar os cargos públicos, senão vejamos:

O rico lavrador envia o filho para estudar nas capitais ilustradas da Europa não ciências, que relação tem com a agronomia e lhe prestam indispesáveis luzes, mas sim aquelas à que os prejuízos e o desprezo da indústria sobem dar certo verniz de aristocracia. Para que o mercador dedique o filho ao seu próprio estado é de mister que inteiramente desvalido seja dos meios da fortuna; na hipótese contrária as escolas de S. Paulo e Olinda o aguardam. (Torres Homem, 1978, p. 80)

O estudo e a formação em ciências como a “agronomia” seriam preteridos pelos proprietários e pelos comerciantes, e isto em nome da formação em direito que preparava os jovens para a ocupação daqueles cargos, febre à época, como afirma Torres Homem, bem como facilitava a aquisição de títulos nobiliárquicos⁴⁶. Esses jovens retornavam da Europa versados, ou ao menos

⁴⁶ Torres Homem e Burlamaque descrevem o mesmo fenômeno em relação ao Sul dos Estados Unidos. Em verdade, ambos afirmam que a cobiça pelos cargos públicos é uma determinação de qualquer sociedade escravocrata, inclusive do Império do Brasil, e isto porque os homens se acostumariam a enriquecer sem “trabalhar” e a “governar” sobre os outros de forma a concretizarem suas inclinações, tornando-se “désperos”, senão acompanhemos as palavras de Burlamaque: “Destas verdades resulta uma terceira, que é a tendência que têm todos os senhores a apoderarem-se do governo. Cada um, conforme a sua posição social aspira a obter um emprego que lhe confira autoridade e o faça rico ou que pelo menos lhe proporcione os meios de viver sem trabalhar. Entre os americanos do Norte, muitos viajantes têm observado uma grande avidez de empregos públicos, notando que nos estados do Norte, onde a escravidão está abolida, que ali se nasce agricultor, artista, manufatureiro ou comerciante, mas que nos do Sul, quando se nasce proprietário de escravos, nasce-se governando, ou para nada se vale ou para nada se presta. Observa-se como uma confirmação disto o estado da Virgínia, o que possui mais escravos, tem dado o maior número de funcionários públicos à União que nenhum dos outros, ainda que lhes seja muito inferior em luzes, em indústria e mesmo em riquezas. Ora, a existência da escravidão, arrastando os homens livres para a carreira dos empregos públicos, fazendo-lhes uma necessidade de enriquecer-se por este meio, dando-lhes ao mesmo tempo os prejuízos e os hábitos do arbitrário, resta saber quais são os recursos que apresentam as diversas classes da sociedade e os governantes

aparentemente acostumados às idéias e costumes que o autor chama de “aristocráticos”. Voltavam de lá bacharéis com suas bengalas, poses, penteados e charutos e conquistavam bons casamentos, além de títulos nobiliárquicos e prestígio, estendidos aos seus progenitores. E tudo isso a partir da medida da manipulação dos homens em geral e da concretização de simples inclinações. Os próprios proprietários e os comerciantes compreendiam que suas atividades eram algo indignas, levando a cabo e elevando ao paroxismo uma das determinações fundamentais de toda sociedade escravocrata e, para que votassem seus filhos à “indústria”, seria necessário que estivessem na penúria, caso contrário, caso se encontrassem “afortunados”, a regra era a indicação ao curso de bacharel em Direito na Europa ou ainda no próprio Império, nas escolas de São Paulo e de Olinda⁴⁷. Aqui podemos entender o motivo pelo qual as ciências, entre elas a agronomia, a química, a física e a astronomia, eram fundamentais ao projeto civilizador dos companheiros de Revista. Elas seriam responsáveis pela construção e divulgação de enunciados práticos e teóricos fundamentais à dissolução de “preconceitos” como o da crença na necessidade da manutenção da escravidão no Império, fundamentais à orientação daqueles que se propusessem a renovar suas idéias e hábitos abandonando o modo de ser escravocrata.

Torres Homem se esforça para denunciar a necessidade de que os homens se dedicassem a ciências como a agronomia, a química, a física e a astronomia, e isto porque elas desfariam “preconceitos” antigos arraigados, especialmente, pelo modo de ser escravocrata, no entanto, cedo reconhece que a maioria dos homens encontravam-se orientados pela febre dos cargos públicos, ou melhor, pelo ódio à “indústria” e paixão pela possibilidade de ocupar posições no interior do Estado em construção, posições que garantiriam prestígio e a própria possibilidade de

que aspirarem a manter-se no poder ou a estabelecerem o despotismo”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 144)

⁴⁷ Para um estudo mais detido sobre a formação dos bacharéis, ver FREYRE, 2002, MARTINS, 2008 e MATTOS, 2004, especialmente o primeiro capítulo.

Ainda sobre o problema dos bacharéis, Patrícia Lavelle afirma que: “Roupas, gestos e adereços funcionam como signos de um novo estilo de vida, urbano e moderno (...) são charutos, penteados, bengalas, móveis, tapetes e poses (...) (LAVELLE, 2003, p. 55). E: “Um jovem bacharel talentoso, ainda que desprovido de fortuna, é um gênero aceitável mesmo pelas famílias mais abastadas, enquanto que o filho ignorante e atrasado do fazendeiro rico pode ser rejeitado justamente por não possuir o ‘verniz’ europeu de que falamos anteriormente – verniz este que permitiria o livre trânsito pela Corte e, assim, a obtenção de um cargo político, um título de nobreza, um favor”. (Ibid., p. 62)

manipularem outros homens e mulheres e de concretizarem suas inclinações, como podemos ler:

Se destas classes volvemos àquelas que vivem entre a pobreza e a riqueza, não deparamos com menor aversão para as profissões industriais e nem menos gana dos empregos públicos, empregos que em muitos casos não podem rivalizar em lucros, com os que prometem a mais tênue e modesta indústria, a qual além disso nenhum sacrifício requer da independência individual, entretanto que os empregos públicos (digamo-lo de passagem) o mais das vezes implicam como condição de sucesso e de duração o ministerialismo sistemático, espécie de antropomorfismo, singular espécie de culto, que não tem superstição, porque cessa quando o ministro cai, que não tem fanatismo, porque muda de dogma, quando o ministro muda de sistema, religião de medo para uns de respeito para outros e de abdicação de liberdade para muitos. Desta tendência dos espíritos nasce a penúria de capacidades agronômicas, fabris, comerciais e artísticas, em que labora o Brasil (...). (Torres Homem, 1978, p. 80)

O “Brasil” seguia numa espécie de “penúria”, e isto porque seus habitantes teriam se afastado da “indústria”. A maioria dos homens já “nascia funcionários públicos”, e isto porque pretendiam, a um só tempo, folgar, ou ainda, viver em “ócio” e realizar seus apetites. Segundo Torres Homem, a maior parte dos homens e mulheres da *boa sociedade* partilhavam de uma espécie de jogo no interior do qual todos perdiam suas liberdades em nome da realização de suas inclinações. Em última instância, o que o autor esta sublinhando é que os homens e mulheres do Império dedicavam suas vidas ao estudo de temas como a política e a ciência das guerras, a religião, a filosofia e até à poesia, como se esses temas fossem os únicos fundamentais à conquista do progresso moral e material consistente. Acompanhemos:

O mundo do século XIX admite e comprehende tudo; comprehende a jurisprudência, a guerra, a religião, a filosofia, o belo da poesia e das artes: ele é suscetível de veneração, de admiração e até de entusiasmo para Napoleão, Wilberforce, Byron, David e Hegel, mas por momentos, quase sob a forma de distração. Sua idéia fixa, porém, a idéia fixa de todo o mundo não é aí que se cifra; o pensamento dominante está em outra parte. As sociedades modernas são essencialmente produtoras, industriais, votadas ao acréscimo da riqueza. (Torres Homem, 1978, p. 80-1)

O que está em jogo aqui é que o Império do Brasil possuía de tudo, desde homens riquíssimos, passando por uma minoria política competente, capaz de fazer avançar idéias e costumes que demandaram muito mais esforços aos europeus, por exemplo. Possuía letreados de valor, capazes de discutir com

alguma profundidade temas relevantes como a guerra, a religião, a filosofia e a política, capazes de ler e de evidenciar exemplos e enunciados úteis e verdadeiros concretizados por homens como Napoleão Bonaparte, Wilbeforce, Byron, David e Hegel. No entanto, teriam sido incapazes de perceber qual era o sentido da história, qual eram aquelas idéias e costumes que garantiriam, ao fim, o progresso moral e material decisivo, e o Império ia ou bem desaparecendo da história, ou bem sendo explorado pelas “nações” européias. Segundo Torres Homem:

O mundo moderno com suas estradas, canais, caminhos de ferro, som suas engenhosas oficinas, máquinas a vapor, bancos, instituições industriais de todos os gêneros, apresenta o aspecto de um vasto *bazar* e de uma imensa fábrica. Na hora em que traçamos estas linhas, a indústria, conquistadora irresistível, tem tudo invadido na Europa. No asilo do cenobita fia-se algodão; as torres cedem o lugar às chaminés das máquinas de vapor; a igreja gótica é transformada em armazém, a solidão dos bosques turbada pelas pancadas do machado do fornecedor das fundições; ao fim os fornos, o fumo, os ciclopes expeliram desapiedadamente o caçador aventuroso e o pio solitário. (Torres Homem, 1978, p. 81)

Torres Homem descreve o que seria a própria concretização da história, e isto a despeito dos homens. As compreensões de espaço e de tempo iam sendo redefinidas no interior do “mundo moderno”, e isto em função da construção de “estradas”, “canais”, “caminhos de ferro”, máquinas a vapor”, tudo isto bem ligeiro, enquanto o autor “traçava as linhas” que ora analisamos. Os castelos e “torres”, os monges, a “igreja gótica”, os “bosques solitários”, o nobre e o eremita, perdiam lugar, ou ainda, a tradição medieval era superada pelas “máquinas” e “chaminés”, pelos “machados” e “fornos”. Nem o monge, figura símbolo do ascetismo, seria capaz de realizar sua profissão sem que no exercício de seu ofício concretizasse a “marcha da indústria”, afinal, “fia algodão” em sua solidão quase perfeita. O que está em jogo aqui é a concretização do sentido “indústria”, é a própria impossibilidade de distanciar-se do mundo, do destino da humanidade. Na medida mesmo em que realizavam suas orações, com os olhos orientados para outras direções, os “cenobitas” concretizavam, sem nenhuma pretensão, o espírito do tempo, fiavam o algodão distantes das cidades e dos demais homens, mas no interior de uma história que se realizava impiedosamente, entrevia Torres Homem, como os “heróis” de Hegel. O espírito do tempo ia ganhando corporeidade, ia tomando para si os castelos e as “igrejas góticas” instaurando fábricas e “chaminés”. Os bosques, ou se quisermos a natureza, ia

perdendo o seu feitio original (“floresta”) e ganhando o aspecto de imensas fazendas repletas de novas máquinas. Sem castelos, igrejas e bosques, os cavaleiros “aventurosos” e os místicos “solitários” eram expulsos “desapiedadamente” de suas casas, de seus mundos, e tinham de ganhar estrada, numa aventura quixotesca, diria Torres Homem, e isto porque “a história diz, que as grandes reformas se hão feito no mundo, não só a despeito, mas à custa dos que para elas se não achavam preparados”.

Torres Homem comprehendia que boa parte dos homens e mulheres da *boa sociedade* era “orgulhosa” e fraca”, ou seja, orientada pelas inclinações, incapazes, em verdade, de perceber que provocavam, ao fim, sua destruição, como uma espécie de Quixote que se aventurara pelo mundo a despeito de sua realidade e, assim, punha-se laconicamente à frente do carro da história, obstaculizando a “marcha da indústria”⁴⁸. Observava e escrevia com pessimismo e desânimo, dedicando suas últimas palavras à descrição de um Império em decadência, ou seja, fora de ritmo, do ritmo certo, “solitário” e “soporífero”, colocando sua existência a prova a cada instante, e isto até que a história decidisse por feri-lo de morte. Acompanhemos o “resumo” com o qual o autor termina seu texto, repetindo, de algum modo, a sentença com a qual encerrara sua critica às poesias de Magalhães – “Desgraçada Mocidade! Desgraçado Brasil!”

Pela sua influência soporífera sobre as faculdades industriais dos proprietários obra sem dúvida a escravatura como um grande mal; mas neste ponto não se esgotam as suas consequências relativamente à riqueza e prosperidade do país. Em resumo; a escravatura após de si arrasta os seguinte inconvenientes: 1º a inércia das classes livre; 2º a dificuldade da imigração dos colonos Europeus, que de modo algum se querem expor a concorrer com escravos; 3º a impossibilidade do uso das máquinas; 4º o estado de pobreza da nação, pela limitada produção e pela imperfeição dos produtos, resultado da indolência e incapacidade do escravo; 5º a lentidão da marcha da população. (Torres Homem, 1978, p. 82)

⁴⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, José Bonifácio também comprehendia que, em última instância, boa parte dos homens e mulheres da *boa sociedade* que defendia a escravidão era orientada pela crença sincera na possibilidade de que pudesse alcançar progressos através da escravidão, como podemos ler: “Daí que os que viam na escravidão a defesa de seus interesses, o faziam por cegueira quanto à verdadeira natureza de tais interesses. O lucro da escravidão era ilusório; ele impedia o comércio, corrompia as pessoas, corroia o País. O mundo escravizado era o mundo da paixão (...) A campanha pelo fim da escravidão era uma luta pelo triunfo da razão, pelo reconhecimento dos verdadeiros interesses dos homens”. (CARVALHO, 1998, p. 51)